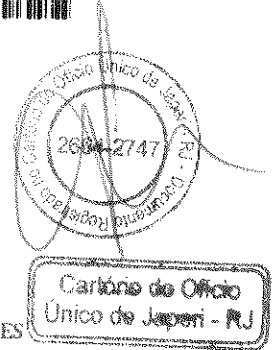


6RTD-RJ 18.10.2013
PROTOC. 1300164

6ºRTD-RJ - 1300164
Emol 853,20/Distrib. 16,96/Lat 111/05 32,85
M/A 10,86/FETJ 131,42/LE16281 26,28
Lei 4.664/05 32,85 / Tot Emol (R\$) 904,42
PARAM Vias 2 / Nome(s) 5 / Págs 71
Proc Estr N / Averb N / Dilig



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL DA PONTELAND DISTRIBUIÇÃO S.A.**

ENTRE

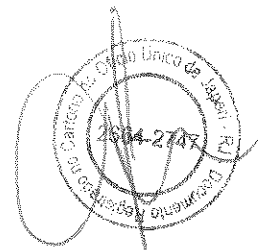
**PONTELAND DISTRIBUIÇÃO S.A.,
COMO EMISSORA,**

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
COMO AGENTE FIDUCIÁRIO,**

**CASA GRANADO LABORATÓRIOS, FARMÁCIAS E DROGARIAS S.A.,
JESMOND COMÉRCIO VAREJISTA LTDA. E
CHRISTOPHER JOHN OGLE FREEMAN
COMO FIADORES**

**DATADA DE
16 DE OUTUBRO DE 2013**

6RTD-RJ 18.10.2013
PROTOD. 1300164



Variação do Ofício
Único de Japeri - RJ

Pelo presente instrumento particular,

- (a) **PONTELAND DISTRIBUIÇÃO S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede no Município de Japeri, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Professora Celita Rodrigues Andrade, nº 130 - Parte, Bairro Jardim Marajoara, Engenheiro Pedreira, CEP 26410-250, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 04.247.792/0001-54, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("**Emissora**");
- (b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das Debêntures, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Agente Fiduciário**");
- (c) **CASA GRANADO LABORATÓRIOS, FARMÁCIAS E DROGARIAS S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de Belém, Estado do Pará, na Tr. Quintino Bocaiuva, nº 687, Reduto, CEP 66053-240, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.109.356/0001-17, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("**Casa Granado**");
- (d) **JESMOND COMÉRCIO VAREJISTA LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Primeiro de Março, nº 14, Parte, 2º Pavimento, Centro, CEP 20010-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.743.025/0001-97, neste ato representada na forma do seu contrato social ("**Jesmond**"); e
- (e) **CHRISTOPHER JOHN OGLE FREEMAN**, inglês, casado em regime de comunhão universal de bens, economista, portador da carteira de identidade nº W690516-K, expedida pela SE/DPMAF/DPE, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("**CPF/MF**") sob o nº 853.543.768-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Jackson de Figueiredo, nº 181, Joá, CEP 22611-000 ("**Christopher Freeman**") e, em conjunto com Casa Granado e Jesmond, os "**Fiadores**";

vêm, na melhor forma de direito, celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional da Ponteland Distribuição S.A. ("**Escritura de Emissão**"), em observância às

seguintes cláusulas e condições:

6R7D-RJ 18.10.2013
PROT. 1300164



1. Definições

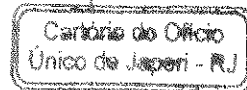
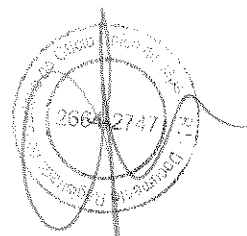
1.1. Sem prejuízo de outros termos definidos nesta Escritura de Emissão, os termos a seguir são utilizados nesta Escritura de Emissão, tanto no singular, quanto no plural, com o significado estabelecido nesta Cláusula 1, conforme segue:

- 1.1.1. "AGE da Casa Granado": possui o significado atribuído no item 2.2;
- 1.1.2. "AGE da Emissora": possui o significado atribuído no item 2.1;
- 1.1.3. "Agente Fiduciário": possui o significado atribuído no item (b) do preâmbulo;
- 1.1.4. "Amortização Extraordinária Facultativa": possui o significado atribuído no item 5.13.1;
- 1.1.5. "Amortização Programada": possui o significado atribuído no item 5.7.1;
- 1.1.6. "ANBIMA": possui o significado atribuído no item 3.5.1;
- 1.1.7. "Assembleia Geral de Debenturistas": possui o significado atribuído no item 10.1;
- 1.1.8. "Banco Depositário": possui o significado atribuído no item 5.8.1.2;
- 1.1.9. "Banco Liquidante de Emissão": possui o significado atribuído no item 11.2;
- 1.1.10. "Casa Granado": possui o significado atribuído no item (c) do preâmbulo;
- 1.1.11. "CETIP": possui o significado atribuído no item 3.6.1;
- 1.1.12. "CETIP 21": possui o significado atribuído no item 3.6.1;
- 1.1.13. "Christopher Freeman": possui o significado atribuído no item (e) do preâmbulo;
- 1.1.14. "CNPI/MF": possui o significado atribuído no item (a) do preâmbulo;

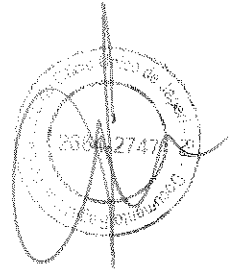
6RTD-RJ 18.10.2013
PROTOC. 1300164



- 1.1.15. "Código Civil Brasileiro": possui o significado atribuído no item 2.4;
- 1.1.16. "Código de Processo Civil Brasileiro": possui o significado atribuído no item 5.8.4;
- 1.1.17. "Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa": possui o significado atribuído no item 5.13.2;
- 1.1.18. "Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo": possui o significado atribuído no item 5.12.2;
- 1.1.19. "Contrato de Afiliação": possui o significado atribuído no item 5.8.1.3;
- 1.1.20. "Contrato de Cessão Fiduciária Jesmond": possui o significado atribuído no item 5.8.2;
- 1.1.21. "Contrato de Cessão Fiduciária Emissora": possui o significado atribuído no item 5.8.2;
- 1.1.22. "Contrato de Distribuição": possui o significado atribuído no item 4.6.1;
- 1.1.23. "Contratos de Garantia": possui o significado atribuído no item 5.8.2;
- 1.1.24. "Coordenador": possui o significado atribuído no item 4.6.1;
- 1.1.25. "Coordenadores": possui o significado atribuído no item 4.6.1;
- 1.1.26. "Coordenador Líder": possui o significado atribuído no item 4.6.1;
- 1.1.27. "CPE/MF": possui o significado atribuído no item (e) do preâmbulo;
- 1.1.28. "Credenciadora": possui o significado atribuído no item 5.8.1.3;
- 1.1.29. "CVM": possui o significado atribuído no item (a) do preâmbulo;
- 1.1.30. "Data de Amortização Extraordinária Facultativa": possui o significado atribuído no item 5.13.2;
- 1.1.31. "Data de Emissão": possui o significado atribuído no item 5.1.8;

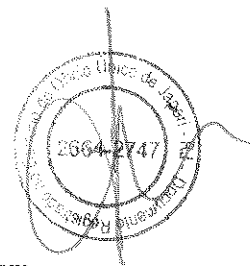


- 1.1.32. "Data de Integralização": possui o significado atribuído no item 5.2.3;
- 1.1.33. "Data de Resgate Antecipado Facultativo": possui o significado atribuído no item 5.12.2;
- 1.1.34. "Data de Vencimento": possui o significado atribuído no item 5.1.9;
- 1.1.35. "Debêntures": possui o significado atribuído no item 3.1;
- 1.1.36. "Debêntures em Circulação": possui o significado atribuído no item 10.5;
- 1.1.37. "Debenturistas": possui o significado atribuído no item 5.1.6;
- 1.1.38. "Dia Útil": possui o significado atribuído no item 14.7;
- 1.1.39. "Direitos da Conta Emissora": possui o significado atribuído no item 5.8.1.2;
- 1.1.40. "Direitos da Conta Jesmond": possui o significado atribuído no item 5.8.1.3;
- 1.1.41. "Dívida Financeira Líquida": possui o significado atribuído no inciso (xvii) do item 6.1.1;
- 1.1.42. "EBITDA": possui o significado atribuído no inciso (xvii) do item 6.1.1;
- 1.1.43. "Emissão": possui o significado atribuído no item 3.1;
- 1.1.44. "Emissora": possui o significado atribuído no item (a) do preâmbulo;
- 1.1.45. "Escritura de Emissão": significa o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional da Ponteland Distribuição S.A.";
- 1.1.46. "Escritura Pública de Hipoteca": possui o significado atribuído no item 5.8.2;
- 1.1.47. "Escriturador Mandatário": possui o significado atribuído no item 11.1;

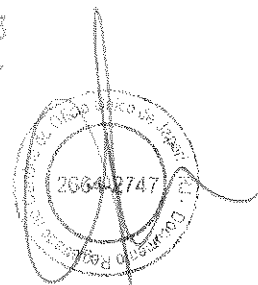


- 1.1.48. "Evento de Inadimplemento": possui o significado atribuído no item 6.1.1;
- 1.1.49. "Fiadores": possui o significado atribuído no item (c) do preâmbulo;
- 1.1.50. "Fiança": possui o significado atribuído no item 5.8.3;
- 1.1.51. "Garantias": possui o significado atribuído no item 5.8.3;
- 1.1.52. "Geração de Caixa": possui o significado atribuído no inciso (xvi) do item 6.1.1;
- 1.1.53. "Hipotecas": possui o significado atribuído no item 5.8.1.1;
- 1.1.54. "ICSD": possui o significado atribuído no inciso (xvi) do item 6.1.1;
- 1.1.55. "IGP-M/FGV": significa o Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;
- 1.1.56. "Imóveis": possui o significado atribuído no item 5.8.1.1;
- 1.1.57. "Instrução CVM 358": possui o significado atribuído na alínea (e) da alínea (xi) do item 7.1.1;
- 1.1.58. "Instrução CVM 476": possui o significado atribuído no item 3.4.1;
- 1.1.59. "Instrução CVM 400": possui o significado atribuído na alínea (iv) do item 7.1.1;
- 1.1.60. "Investidores Qualificados": possui o significado atribuído no item 4.6.3;
- 1.1.61. "Iesmond": possui o significado atribuído no item (d) do preâmbulo;
- 1.1.62. "IUCEPA": possui o significado atribuído no item 3.2.2;
- 1.1.63. "IUCERIA": possui o significado atribuído no item 3.2.1;
- 1.1.64. "Juros Remuneratórios": possui o significado atribuído no item 5.6.1;

6RTD-RJ 18.10.2013
PROTOK. 1 300164



- 1.1.65. "Lei das Sociedades por Ações": possui o significado atribuído no item 3.1;
- 1.1.66. "MDA": possui o significado atribuído no item 3.6.1;
- 1.1.67. "Notificação de Vencimento Antecipado": possui o significado atribuído no item 6.1.5;
- 1.1.68. "Oferta Restrita": possui o significado atribuído no item 3.4.1;
- 1.1.69. "Período de Capitalização": possui o significado atribuído no item 5.6.1.1;
- 1.1.70. "Preço de Subscrição": possui o significado atribuído no item 5.2.2;
- 1.1.71. "Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa": possui o significado atribuído no item 5.13.3;
- 1.1.72. "Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo": possui o significado atribuído no item 5.12.3;
- 1.1.73. "Quorum Qualificado": possui o significado atribuído no item 5.6.7;
- 1.1.74. "Recebíveis Emissora": possui o significado atribuído no item 5.8.1.2;
- 1.1.75. "Recebíveis lesmond": possui o significado atribuído no item 5.8.1.3;
- 1.1.76. "Resgate Antecipado Facultativo": possui o significado atribuído no item 5.12.1;
- 1.1.77. "RS da lesmond": possui o significado atribuído no item 3.2.3;
- 1.1.78. "Saldo na Data do Evento de Inadimplemento": possui o significado atribuído no item 6.1.5;
- 1.1.79. "Serviço da Dívida": possui o significado atribuído no inciso (xvi) do item 6.1.1;
- 1.1.80. "Taxa DI": possui o significado atribuído no item 5.6.1;
- 1.1.81. "Valor Mínimo Emissora": possui o significado atribuído no item 5.8.1.2;



- 1.1.82. "Valor Mínimo Jesmond": possui o significado atribuído no item 5.8.1.3;
- 1.1.83. "Valor Nominal Unitário": possui o significado atribuído no item 5.1.1;
- 1.1.84. "Valor Total da Emissão": possui o significado atribuído no item 4.5.1; e
- 1.1.85. "Vencimento Antecipado": possui o significado atribuído no item 6.1.1.



2. Autorização

- 2.1. A celebração da presente Escritura de Emissão, a constituição da Garantia (conforme definido abaixo), representada pela cessão fiduciária dos Recebíveis Emissora e Direitos da Conta Emissora (conforme definidos abaixo), bem como a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária Emissora, pela Emissora, são realizadas de acordo com a deliberação tomada em Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 15 de outubro de 2013 ("AGE da Emissora").
- 2.2. A constituição das Hipotecas (conforme definido abaixo), a prestação da Fiança (conforme definido abaixo) pela Casa Granado, bem como a celebração da Escritura Pública de Hipoteca e desta Escritura de Emissão, pela Casa Granado, são realizadas de acordo com as disposições do Estatuto Social da Casa Granado.
- 2.3. A constituição da Garantia (conforme definido abaixo), representada pela cessão fiduciária dos Recebíveis Jesmond e Direitos da Conta Jesmond (conforme definidos abaixo), a prestação da Fiança pela Jesmond (conforme definido abaixo), bem como a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária Jesmond e desta Escritura de Emissão, pela Jesmond, são realizadas de acordo com as disposições do Contrato Social da Jesmond.
- 2.4. A prestação da Fiança por Christopher Freeman é desde logo autorizada por sua esposa, Clícia Ribeiro Zorowich Lutti, brasileira, casada em regime de comunhão universal de bens, restauradora, portadora da carteira de identidade nº 3.580.380-0, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 054.324.087-83, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Jackson de Figueiredo, nº 181, Joá, CEP 22611-000, a qual expressamente anui, de forma irrevogável e irretratável, aos termos da Fiança e da presente Escritura de Emissão, nos termos do artigo 1.647 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e alterações posteriores ("Código Civil Brasileiro"), apondo a sua assinatura ao final.



3. Requisitos

3.1. A 1ª (primeira) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente) será realizada em observância ao disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"), de acordo com os requisitos a seguir.

3.2. Arquivamento e Publicação das Atas da AGE da Emissora, da AGE da Casa Granado e da Reunião de Sócios da Jesmond

3.2.1. A ata da AGE da Emissora será devidamente: (i) arquivada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA"); e (ii) publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal Valor Econômico, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

3.2.2. A ata da Assembleia Geral Extraordinária da Casa Granado ("AGE") será devidamente: (i) arquivada perante a Junta Comercial do Estado do Pará ("JUCEPA"); e (ii) publicada no Diário Oficial do Estado do Pará e no Jornal Valor Econômico.

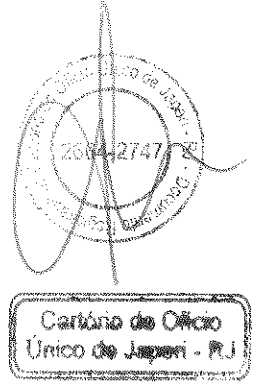
3.2.3. A ata da Reunião de Sócios da Jesmond ("RS da Jesmond") será devidamente: (i) arquivada perante a JUCERJA; e (ii) publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal Valor Econômico.

3.3. Arquivamento da Escritura de Emissão e de Eventuais Aditamentos

3.3.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCERJA, nos termos do inciso II e parágrafo terceiro do artigo 62, da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos tempestivamente após o respectivo registro.

3.4. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários

3.4.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, e alterações posteriores ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476"),



respectivamente), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

- 3.4.2. A Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, de que trata o artigo 19, *caput*, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

3.5. **Dispensa de Registro na ANBIMA**

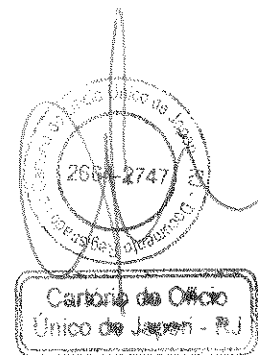
- 3.5.1. Conforme dispõe o parágrafo primeiro do artigo 25 do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", a Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro de distribuição na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA ("ANBIMA") por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476.

3.6. **Registro na CETIP**

- 3.6.1. As Debêntures serão registradas para: **(i)** distribuição primária através do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"); e **(ii)** negociação secundária no Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.
- 3.6.2. Não obstante, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, e desde que cumpridas as exigências dispostas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

3.7. **Registro da Escritura de Emissão em Cartório de Títulos e Documentos**

- 3.7.1. Nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e alterações posteriores, em virtude da Fiança ora avençada, a Emissora deverá: (i) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento, submeter a presente Escritura de Emissão a registro perante os Cartórios de



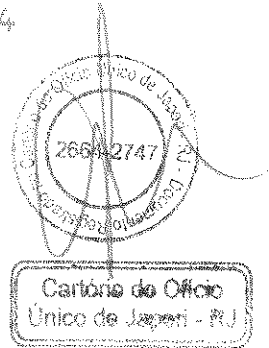
Registro de Títulos e Documentos localizados no Município de Japeri, Estado do Rio de Janeiro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e na Cidade de Belém, Estado do Pará; (ii) no prazo de até 20 (vinte) dias contado da data da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento, obter o registro da Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos perante os referidos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos; e (iii) entregar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original do referido documento tempestivamente após os respectivos registros.

3.8. Constituição das Garantias

3.8.1. Tendo em vista que a Emissão conta com as Garantias descritas no item 5.8 abaixo, a Emissora deverá:

- (i) **(a)** no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de assinatura da presente Escritura de Emissão, prenotar a Escritura Pública de Hipoteca à margem da matrícula dos Imóveis no Registro de Imóveis Ofício Único de Japeri, Estado do Rio de Janeiro; e **(b)** no prazo de até 90 (noventa) dias contado da data de assinatura da presente Escritura de Emissão, providenciar a lavratura e o registro da Escritura Pública de Hipoteca à margem da matrícula dos Imóveis no Registro de Imóveis Ofício Único de Japeri, Estado do Rio de Janeiro;
- (ii) **(a)** no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de assinatura do o Contrato de Cessão Fiduciária Emissora, submeter o Contrato de Cessão Fiduciária Emissora para registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos do Município de Japeri, Estado do Rio de Janeiro, da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da Cidade de Brasília, Distrito Federal; e **(b)** no prazo de até 20 (vinte) dias contado da data da assinatura do Contrato de Cessão Fiduciária Emissora, providenciar o registro do Contrato de Cessão Fiduciária Emissora nos referidos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos; e
- (iii) **(a)** no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de assinatura do Contrato de Cessão Fiduciária Jesmond, submeter o Contrato de Cessão Fiduciária Jesmond para registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos do Município de Japeri, Estado do Rio de Janeiro, da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do

Rio de Janeiro, e da Cidade de Brasília, Distrito Federal; e **(b)** no prazo de até 20 (vinte) dias contado da data da assinatura do Contrato de Cessão Fiduciária Jesmond, providenciar o registro do Contrato de Cessão Fiduciária Jesmond nos referidos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos.



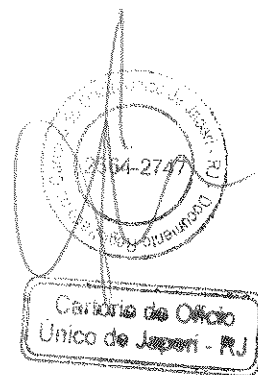
4. Características da Emissão

4.1. Objeto Social da Emissora

- 4.1.1. A Emissora tem por objeto social a compra, venda, logística, distribuição e armazenamento de produtos farmacêuticos (controlados ou não), produtos veterinários, cosméticos e perfumaria em geral, higiene pessoal, doméstico e industrial, bem como de produtos domissanitários (desinfetante, higiene e limpeza) vitaminas e seus derivados, provitaminas, suplementos alimentares, concentrados naturais e hormônios, correlatos, produtos para saúde e prestação de serviços de logística, distribuição e armazenamento de produtos em geral.

4.2. Destinação dos Recursos

- 4.2.1. Os recursos da Emissão serão utilizados pela Emissora na seguinte forma: **(i)** aproximadamente R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) serão destinados ao alongamento do perfil de dívida da Emissora e/ou da Casa Granado; **(ii)** aproximadamente R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) serão destinados para a realização de investimentos para conclusão das obras do empreendimento da Casa Granado, localizado no Município de Japeri, Estado do Rio de Janeiro; e **(iii)** aproximadamente R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) serão destinados para a abertura de 15 (quinze) novos estabelecimentos da Emissora, da Jesmond e/ou da Casa Granado.
- 4.2.2. Na Data de Integralização (conforme definido abaixo), os recursos decorrentes da Emissão serão disponibilizados à Emissora da seguinte forma: **(i)** R\$113.000.000,00 (cento e treze milhões de reais) deverão ser depositados em conta corrente de livre movimentação da Emissora a ser oportunamente informada; e **(ii)** R\$37.000.000,00 (trinta e sete milhões de reais) deverão ser depositados em conta vinculada da Emissora mantida nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária Emissora (conforme definido abaixo).



4.2.3. O valor especificado no inciso (ii) do item 4.2.2 acima somente será liberado para a Emissora mediante comprovação da destinação de parte dos recursos decorrentes da Emissão, nos termos descritos a seguir: (i) investimentos, incorridos ou a incorrer, de R\$22.500.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil reais) nas obras do empreendimento da Casa Granado localizado no Município de Japeri, Estado do Rio de Janeiro; (ii) investimentos, incorridos ou a incorrer, de R\$5.200.000,00 (cinco milhões e duzentos mil reais) na abertura de novos estabelecimentos da Emissora, da Jesmond e/ou da Casa Granado; e (iii) envio de declaração assinada por representantes legais da Emissora acerca do cumprimento dos itens (i) e (ii) acima, nos termos do Anexo IV.

4.3. **Número da Emissão**

4.3.1. As Debêntures representam a 1ª (primeira) emissão pública de debêntures simples da Emissora.

4.4. **Número de Séries**

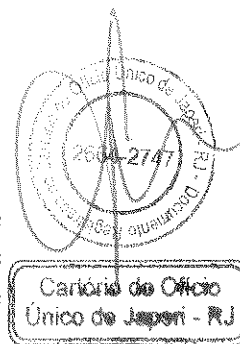
4.4.1. A Emissão será realizada em série única.

4.5. **Valor Total da Emissão**

4.5.1. O valor total da Emissão é de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão").

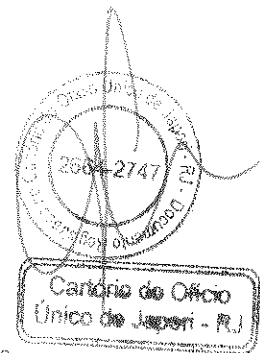
4.6. **Colocação e Procedimento de Distribuição**

4.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, em regime de garantia firme de subscrição, não solidária, com intermediação do BB – Banco de Investimento S.A., na qualidade de instituição intermediária líder da Oferta Restrita ("Coordenador Líder"), e do Banco Itaú BBA S.A., na qualidade de instituição intermediária da Oferta Restrita ("Coordenador" e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"), nos termos e condições do "Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Regime de Garantia Firme de Subscrição, da 1ª (Primeira) Emissão da Ponteland Distribuição S.A.", a ser celebrado pela Emissora e pelos Coordenadores ("Contrato de Distribuição").



- 4.6.2. A colocação das Debêntures será realizada dentro do prazo de distribuição estabelecido pela Instrução CVM 476 e de acordo com os termos a serem estabelecidos no Contrato de Distribuição. O plano de distribuição seguirá o procedimento a ser estabelecido no Contrato de Distribuição, bem como os termos da Instrução CVM 476.
- 4.6.3. O público alvo da Oferta Restrita serão investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e alterações posteriores, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").
- 4.6.4. No âmbito da Oferta Restrita: **(i)** somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pelos Coordenadores; **(ii)** as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados; e **(iii)** os Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476, deverão subscrever Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).
- 4.6.5. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que: **(i)** a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM ou perante a ANBIMA; e **(ii)** as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável.
- 4.6.6. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.
- 4.6.7. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição estabelecido no Contrato de Distribuição.

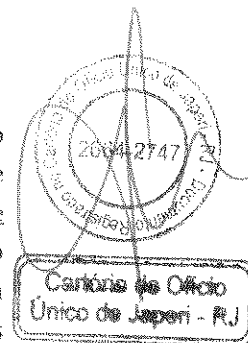
6RTD-RJ 18.10.2013
PROTOK.1 300164



5. Características das Debêntures

5.1. Características Básicas

- 5.1.1. Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Nominal Unitário").
- 5.1.2. Atualização do Valor Nominal Unitário. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário.
- 5.1.3. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 15.000 (quinze mil) Debêntures.
- 5.1.4. Forma e Emissão de Certificados. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelares ou certificados, nos termos do parágrafo segundo do artigo 63 da Lei das Sociedades por Ações.
- 5.1.5. Conversibilidade. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.
- 5.1.6. Comprovação de Titularidade das Debêntures. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário (conforme definido abaixo), onde serão inscritos os nomes dos respectivos titulares das Debêntures ("Debenturistas"). Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP 21 terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.
- 5.1.7. Espécie. As Debêntures serão da espécie com garantia real, representada por hipoteca de imóveis, cessão fiduciária de direitos creditórios e de direitos decorrentes de contas bancárias, e garantia fidejussória, nos termos dos itens 5.8 abaixo.
- 5.1.8. Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 25 de outubro de 2013 ("Data de Emissão").



5.1.9. Prazo e Data de Vencimento. O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 84 (oitenta e quatro) meses contado da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 25 de outubro de 2020 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), de Amortização Extraordinária Facultativa e de Vencimento Antecipado (conforme definido abaixo) das Debêntures, previstas nos itens 5.12, 5.13 e 6.1 desta Escritura de Emissão.

5.2. Condições para Subscrição e Integralização das Debêntures

5.2.1. Prazo de Subscrição. As Debêntures poderão ser subscritas, a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, conforme item 4.6 da presente Escritura de Emissão.

5.2.2. Preço de Subscrição. O preço de subscrição de cada Debênture será o Valor Nominal Unitário ("Preço de Subscrição").

5.2.3. Integralização e Forma de Pagamento. Todas as Debêntures serão subscritas e integralizadas em uma única data. A integralização será à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição ("Data de Integralização"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP, em valor correspondente, de cada Debênture, ao Preço de Subscrição.

5.3. Direito de Preferência

5.3.1. Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

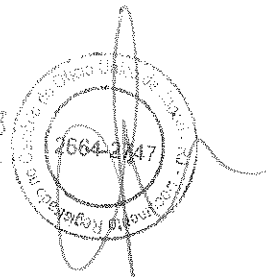
5.4. Participação nos Lucros

5.4.1. As Debêntures não farão jus à participação nos lucros da Emissora.

5.5. Prêmio de Reembolso

5.5.1. As Debêntures não farão jus a prêmio de reembolso.

6RTD-RJ 18.10.2013
PROTQC.1300164



5.6. Remuneração

5.6.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada de 129,50% (cento e vinte e nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, "over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, desde a Data de Integralização até a Data de Vencimento, aplicando-se a fórmula descrita no item 5.6.4 abaixo ("Juros Remuneratórios").

5.6.1.1. Define-se como "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento dos Juros Remuneratórios correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

5.6.2. Os Juros Remuneratórios serão pagos em parcelas trimestrais e consecutivas, sem carência, a partir da Data de Emissão, nos dias 25 dos meses janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, ou no primeiro Dia Útil subsequente, caso o mesmo não seja Dia Útil, sendo que o primeiro pagamento dos Juros Remuneratórios será devido em 25 de janeiro de 2014 e o último pagamento dos Juros Remuneratórios será devido na Data de Vencimento, na Data de Vencimento Antecipado (conforme definido abaixo) ou na data do Resgate Antecipado Facultativo, o que ocorrer primeiro, conforme descrito na tabela indicada no Anexo I à presente Escritura de Emissão.

5.6.3. O Valor Nominal Unitário de cada Debênture não será atualizado monetariamente.

5.6.4. Os Juros Remuneratórios serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$J = VNe \times (\text{FatorDI} - 1)$, onde:

"J" corresponde ao valor unitário dos Juros Remuneratórios devido no final do Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

"VNe" corresponde ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

"FatorDI" corresponde ao produtório das Taxas DI da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

"k" corresponde ao número de ordem das Taxas DI, sendo "k" um número inteiro;

"n" corresponde ao número total de Taxas DI consideradas no Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

"p" corresponde ao percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, equivalente a 129,50 (cento e vinte e nove inteiros e cinquenta centésimos);

"TDI_k" corresponde à Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

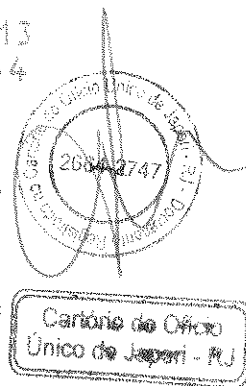
$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

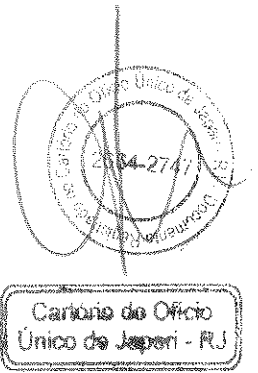
onde:

"DI_k" corresponde à Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Observações:

- i) o fator resultante da expressão $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;



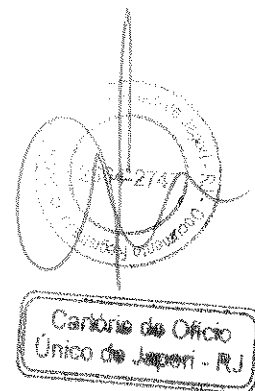


- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100}\right)$, sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI", com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- iv) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

5.6.5. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração dos Juros Remuneratórios, na referida data, será aplicada a última Taxa DI aplicável divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto pela Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

5.6.6. Caso a Taxa DI venha a ser substituída oficialmente por outra taxa substituta, conforme aplicável, será aplicada a referida taxa substituta, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto pela Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da aplicação taxa substituta.

5.6.7. Na ausência da apuração ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis, ou em caso de extinção da Taxa DI sem a substituição por taxa oficial substituta da Taxa DI, será convocada, pelo Agente Fiduciário, Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 10 abaixo, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento que der causa à referida convocação, para os Debenturistas deliberarem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis dos Juros Remuneratórios. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial dos Juros Remuneratórios entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) ("Quorum Qualificado"), a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), no prazo de 30 (trinta) dias contado da data da respectiva Assembleia Geral de



Debenturistas ou dentro de outro prazo ou cronograma, conforme vier a ser decidido na referida Assembleia Geral de Debenturistas, pelo Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, utilizando, para tanto, a última Taxa DI divulgada, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização ou da última data de pagamento dos Juros Remuneratórios, sem qualquer prêmio.

5.6.8. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI volte a ser divulgada a qualquer momento antes da alteração da taxa de juros referencial, definida na Assembleia Geral de Debenturistas, ou antes de eventual pagamento pela Emissora, a Taxa DI, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada como parâmetro para o cálculo dos Juros Remuneratórios.

5.6.9. Farão jus aos pagamentos dos Juros Remuneratórios aqueles que forem titulares de Debêntures no final do Dia Útil anterior à data de pagamento dos Juros Remuneratórios.

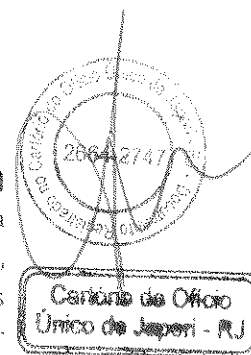
5.7. Amortização Programada

5.7.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 20 (vinte) parcelas trimestrais e consecutivas ("Amortização Programada"), sendo a primeira parcela devida em 25 de janeiro de 2016, e as demais nos dias 25 dos meses janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, ou no primeiro Dia Útil subsequente, caso o mesmo não seja Dia Útil, conforme descrito na tabela indicada no Anexo II à presente Escritura de Emissão.

5.8. Garantias

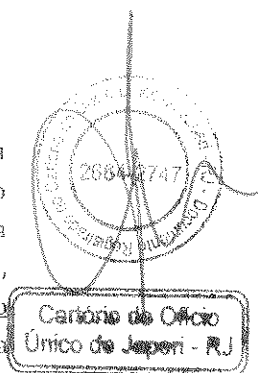
5.8.1. Em garantia do fiel e pontual cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, da Emissora, relativas às Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, as Debêntures contarão com as garantias a seguir descritas:

5.8.1.1. hipotecas de terceiro grau a serem constituídas em até 90 (noventa) dias contados da data de assinatura da presente Escritura de Emissão, sobre os imóveis descritos no Anexo III à presente Escritura de Emissão ("Imóveis"), de propriedade da Casa Granado ("Hipotecas");



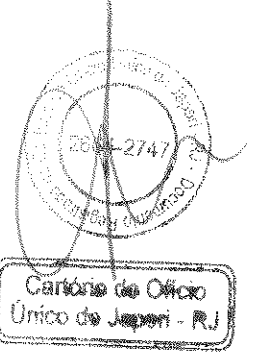
- 5.8.1.2. cessão fiduciária de direitos creditórios da Emissora: **(i)** provenientes das vendas de produtos de qualquer natureza a terceiros ("Recebíveis Emissora") que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Valor Mínimo Emissora"), sendo que o Valor Mínimo Emissora deverá ser constituído em até 90 (noventa) dias contados da Data de Emissão; e **(ii)** junto ao Banco do Brasil S.A., na qualidade de banco depositário ("Banco Depositário"), decorrentes de quaisquer recursos depositados ou a serem depositados nas contas correntes vinculadas, mantidas pela Emissora junto à agência 1769-8 do Banco Depositário, bem como eventuais aplicações e investimentos ("Conta Vinculada da Emissora" e "Direitos da Conta Emissora", respectivamente); e
- 5.8.1.3. cessão fiduciária de direitos creditórios da Jesmond: **(i)** contra a credenciadora Cielo S.A. ("Credenciadora"), decorrentes das vendas de produtos realizadas e que venham a ser realizadas, em que seus respectivos clientes utilizem como meio de pagamento cartões de crédito e débito com as bandeiras Visa e MasterCard ("Recebíveis Jesmond") que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Valor Mínimo Jesmond"), sendo que o Valor Mínimo Jesmond deverá ser atingido no período consolidado dos últimos 12 (doze) meses e verificado mensalmente a partir de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão; e **(ii)** junto ao Banco Depositário, decorrentes de quaisquer recursos depositados ou a serem depositados em conta corrente vinculada, mantida pela Jesmond junto à agência 1769-8 do Banco Depositário ("Direitos da Conta Jesmond").
- 5.8.2. As Garantias de que trata o item 5.8.1 acima serão constituídas da seguinte forma: **(i)** as Hipotecas serão constituídas por meio da lavratura e do registro de escritura pública de hipoteca à margem da matrícula dos Imóveis ("Escritura Pública de Hipoteca"); **(ii)** a cessão fiduciária dos Recebíveis Emissora e dos Direitos da Conta Emissora será constituída por meio da celebração do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Direitos Decorrentes de Conta Bancária e Outras Avenças" a ser celebrado pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e pelo Banco Depositário ("Contrato de Cessão Fiduciária Emissora"); e **(iii)** a

cessão fiduciária dos Recebíveis Jesmond e dos Direitos da Conta Jesmond será constituída por meio da celebração do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Direitos Decorrentes de Conta Bancária e Outras Avenças" a ser celebrado pela Jesmond, pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e pelo Banco Depositário ("Contrato de Cessão Fiduciária Jesmond" e, em conjunto com a Escritura Pública de Hipoteca e o Contrato de Cessão Fiduciária Emissora, "Contratos de Garantia").



5.8.3. Em garantia do fiel e pontual cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, da Emissora, relativas às Debêntures, os Fiadores prestam fiança em favor dos Debenturistas, obrigando-se como garantidores e principais pagadores, responsáveis, solidariamente com a Emissora, pelo pagamento de todos os valores, principais e acessórios, devidos pela Emissora, incluindo o Valor Nominal Unitário, o saldo do Valor Total da Emissão, os Juros Remuneratórios e os encargos moratórios, devidos pela Emissora nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, incluindo a remuneração do Agente Fiduciário e demais despesas por este realizadas na execução da sua função, bem como todo e qualquer custo ou despesa, inclusive de honorários advocatícios, razoáveis e comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos ou outras medidas judiciais e extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, inclusive verbas de caráter indenizatório ("Fiança" e, em conjunto com Hipotecas, Recebíveis Emissora, Direitos da Conta Emissora, Recebíveis Jesmond e Direitos da Conta Jesmond, as "Garantias").

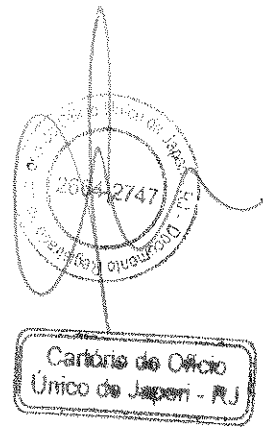
5.8.4. Os Fiadores obrigam-se, solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadores, principais pagadores e solidariamente responsáveis por todas as obrigações da Emissora, nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 368, 821, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro, e dos artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e alterações posteriores ("Código de Processo Civil Brasileiro"), inclusive encargos moratórios e demais custos e despesas, devidos pela Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão.



- 5.8.5. Os valores devidos aos Debenturistas em decorrência da Fiança serão pagos pelos Fiadores no prazo de até 72 (setenta e duas) horas contado do recebimento de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário aos Fiadores informando a falta de pagamento, na Data do Vencimento ou na data de pagamento de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, aos montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, Juros Remuneratórios ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pelos Fiadores de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão.
- 5.8.6. A Fiança é prestada pelos Fiadores, em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento de todas as obrigações da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e nos demais documentos da Emissão.
- 5.8.7. Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer hipótese de inadimplemento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão.
- 5.8.8. Até a liquidação integral das obrigações da Emissora estabelecidas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, os Fiadores comprometem-se a não cobrar, receber ou de qualquer outra forma demandar da Emissora o pagamento de qualquer valor pago em decorrência da Fiança aqui prestada, seja por sub-rogação ou a qualquer título. Caso os Fiadores recebam qualquer pagamento da Emissora antes da liquidação integral dos valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão, os Fiadores receberão tais valores em caráter fiduciário e comprometem-se a, independentemente de notificação ou outra formalidade, transferir imediatamente ao Agente Fiduciário, em fundos imediatamente disponíveis e transferíveis, até o limite do saldo do Valor Total da Emissão, nos termos do item 5.8.3 acima, os recursos então recebidos.
- 5.8.9. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pelos Fiadores com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas, exceto se tal obrigação tiver sido cumprida pela Emissora.

1

h



5.8.10. As obrigações dos Fiadores aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-los de suas obrigações ou afetá-los, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (i) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (ii) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; ou (iii) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.

5.9. A Emissora e os Fiadores reconhecem, expressamente, que a concessão das Garantias previstas nesta Escritura de Emissão foi causa fundamental para que os Debenturistas decidissem subscrever e integralizar as Debêntures ora emitidas pela Emissora.

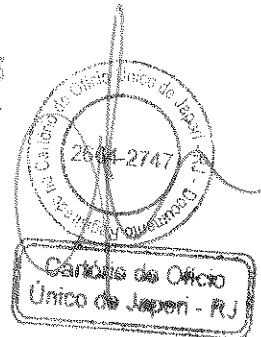
5.10. Condições de Pagamento

5.10.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados conforme o disposto nos itens a seguir.

5.10.1.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, na sede da Emissora ou, conforme o caso, pelo escriturador mandatário contratado para este fim.

5.10.1.2. Todo vencimento de pagamentos que ocorra em sábados, domingos e feriados nacionais, inclusive perante a CETIP, será, para todos os fins e efeitos desta Escritura de Emissão, prorrogado para o Dia Útil subsequente.

5.10.1.3. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida pela Emissora aos Debenturistas, os débitos em atraso, independentemente da incidência dos Juros Remuneratórios, ficarão sujeitos a: (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento,



independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

- 5.10.1.4. Caso os Debenturistas gozem de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, estes deverão encaminhar ao Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.
- 5.10.1.5. O não comparecimento de qualquer Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará o direito ao recebimento de Juros Remuneratórios ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

5.11. Repactuação

- 5.11.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

5.12. Resgate Antecipado Facultativo

- 5.12.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês, após a Data de Emissão, inclusive, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures em Circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo").
- 5.12.2. O Resgate Antecipado Facultativo somente poderá ocorrer, observado o período estabelecido no item 5.12.1, mediante publicação, nos mesmos jornais em que a AGE da Emissora será publicada, conforme estabelecido no item 3.2.1 acima, de comunicação dirigida aos Debenturistas ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo"), com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo ("Data de Resgate Antecipado Facultativo").

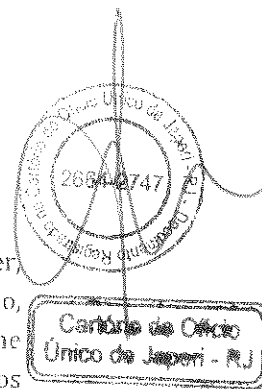
6RTD-RJ 18.10.2013
PROTOC. 1300164



- 5.12.3. Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo deverá constar, no mínimo: **(i)** a Data de Resgate Antecipado Facultativo; e **(ii)** menção de que o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Facultativo será correspondente ao Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) da totalidade das Debêntures em Circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Resgate Antecipado Facultativo, acrescido de prêmio de resgate equivalente a 1,80% (um inteiro e oitenta centésimos por cento) incidente sobre o saldo devedor das Debêntures em Circulação ("Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo").
- 5.12.4. A CETIP deverá ser comunicada através de correspondência da Emissora com a ciência do Agente Fiduciário, acerca da realização de Resgate Antecipado Facultativo, com pelo menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data pretendida para a realização do Resgate Antecipado Facultativo.
- 5.12.5. Uma vez exercida pela Emissora a opção de Resgate Antecipado Facultativo, esta tornar-se-á obrigatória a todos os Debenturistas.
- 5.12.6. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio do Resgate Antecipado Facultativo será feito: **(i)** por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no CETIP 21, caso as Debêntures estejam custodiadas na CETIP; ou **(ii)** mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante de Emissão, no caso de titulares das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP.

5.13. **Amortização Extraordinária Facultativa:**

- 5.13.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês, após a Data de Emissão, inclusive, realizar a amortização extraordinária parcial das Debêntures em Circulação ("Amortização Extraordinária Facultativa").

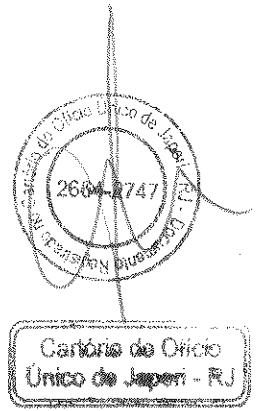


5.13.2. A Amortização Extraordinária Facultativa somente poderá ocorrer, observado o período estabelecido no item 5.13.1 mediante publicação, nos mesmos jornais em que a AGE da Emissora será publicada, conforme estabelecido no item 3.2.1 acima, de comunicação dirigida aos Debenturistas ("Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa") com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa ("Data de Amortização Extraordinária Facultativa").

5.13.3. Na Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa deverá constar, no mínimo: **(i)** a Data de Amortização Extraordinária Facultativa; **(ii)** o percentual do Valor Nominal Unitário sendo objeto da Amortização Extraordinária Facultativa; **(iii)** a menção de que o percentual do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures em Circulação a ser amortizado, neste caso limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), e deverá ser pago acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data da Amortização Extraordinária Facultativa, acrescido de prêmio de resgate equivalente a 1,80% (um inteiro e oitenta centésimos por cento), incidente sobre o saldo devedor das Debêntures em Circulação ("Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa").

5.14. Aquisição Antecipada Facultativa

5.14.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, adquirir no mercado as Debêntures, desde que observe as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, observado o disposto no artigo 55, parágrafo segundo, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto deste procedimento poderão: **(i)** ser canceladas; **(ii)** permanecer em tesouraria da Emissora; ou **(iii)** ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo).

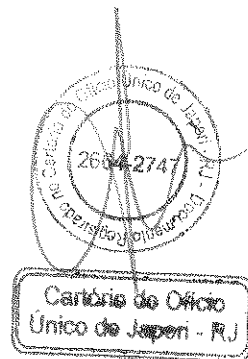


6. Vencimento Antecipado

6.1. Vencimento Antecipado

6.1.1. Independentemente do envio de comunicação à Emissora neste sentido, a ocorrência de quaisquer das situações previstas neste item, observados eventuais prazos de cura específicos, caracterizará o inadimplemento de obrigações da Emissora ("Evento de Inadimplemento") que consubstanciará hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures e a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), acrescido dos Juros Remuneratórios devidos desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos ("Vencimento Antecipado");

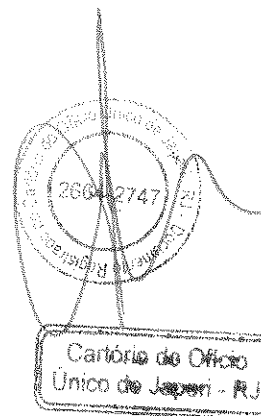
- (i) (a) decretação de falência da Emissora, Casa Granado ou Jesmond; (b) pedido de autofalência pela Emissora, Casa Granado ou Jesmond; (c) pedido de falência da Emissora, Casa Granado ou Jesmond formulado por terceiros e não elidido ou contestado no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, Casa Granado ou Jesmond, ou eventos análogos, tais como, intervenção ou liquidação extrajudicial; (e) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, Casa Granado ou Jesmond; ou (f) decretação de insolvência de Christopher Freeman;
- (ii) protesto de títulos contra a Emissora ou contra qualquer dos Fiadores, cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), atualizados anualmente desde a Data de Emissão pela variação do IGP-M, que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência do evento, salvo se: (a) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora ou pelo respectivo Fiador, conforme o caso; (b) for cancelado; ou (c) forem prestadas pela Emissora ou pelo respectivo Fiador, conforme o caso, e aceitas pelo Poder Judiciário, garantias em juízo;



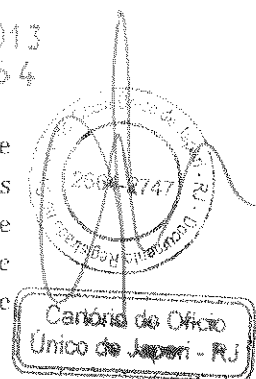
- (iii) decisões arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em nome da Emissora ou qualquer dos Fiadores que resultem em obrigação de pagamento para a Emissora ou para qualquer dos Fiadores, conforme o caso, em valor individual ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), atualizados anualmente desde a Data de Emissão pela variação do IGP-M, para as quais não tenha feito provisão de pagamento, conforme aplicável;
- (iv) constituição de ônus, gravames ou garantia real sobre qualquer dos ativos da Emissora ou qualquer dos Fiadores, de valor individual ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), sem o prévio consentimento dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, exceto nos seguintes casos: **(a)** ônus sobre bens constituídos para assegurar o financiamento de sua própria aquisição; **(b)** renovação de ônus existentes; ou **(c)** bens oferecidos em garantia de ações judiciais e processos administrativos que sejam contestados de boa fé e em relação as quais tenha sido constituídas adequadas provisões;
- (v) criação ou permissão, para a constituição, pela Emissora ou por qualquer dos Fiadores, de quaisquer ônus ou gravames sobre as Garantias;
- (vi) alienação de ativos operacionais, que, durante a vigência das Debêntures, resulte em uma redução do ativo da Emissora, exceto se tal alienação objetivar a captação de recursos para: **(a)** substituição de bens antigos por outros novos com a mesma finalidade; ou **(b)** eliminação de ativos operacionais obsoletos ou inservíveis;
- (vii) resgate ou amortização de ações, redução de capital, exceto para absorção de prejuízos;
- (viii) pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de pagamento, pela Emissora a seus acionistas, em quaisquer desses casos, quando esta estiver em mora com relação às Debêntures, incluindo o cumprimento dos índices financeiros descritos nos itens (xvi) e (xvii) abaixo,

ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

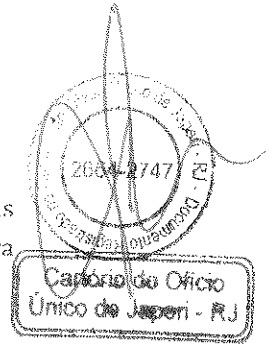
- (ix) não pagamento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão, não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil contado do inadimplemento;
- (x) descumprimento, pela Emissora ou pelos Fiadores, de quaisquer obrigações não pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia ou nos demais documentos da Emissão, não sanado no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contado da data da ocorrência ou do recebimento de comunicação escrita do referido descumprimento, enviada: **(a)** pela Emissora ao Agente Fiduciário; ou **(b)** pelo Agente Fiduciário à Emissora, o que ocorrer primeiro;
- (xi) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir compulsoriamente parte substancial de seus ativos, propriedades ou as ações do capital social da Emissora ou de qualquer dos Fiadores;
- (xii) inadimplemento de quaisquer dívidas ou obrigações pecuniárias da Emissora, ou de qualquer dos Fiadores ou de suas respectivas controladoras, em valor individual ou agregado de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), não sanado ou revertido no prazo de 5 (cinco) dias da respectivo inadimplemento;
- (xiii) vencimento antecipado de quaisquer dívidas ou obrigações pecuniárias da Emissora, ou de qualquer dos Fiadores ou de suas respectivas controladoras;
- (xiv) cisão, fusão, incorporação, liquidação, dissolução, extinção, incorporação de ações ou outra forma de reorganização societária que implique em mudança do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora ou de qualquer dos Fiadores, sem o prévio consentimento dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, exceto: (a) se a reorganização societária ocorrer entre a Emissora, a Jesmond ou a Casa Granado e o controle final



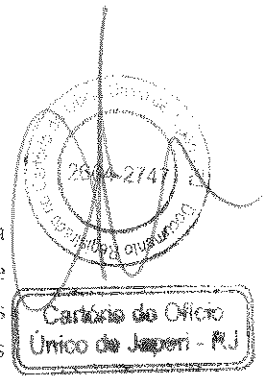
da Emissora não seja alterado; e (b) se houver transferência de ações por parte de Christopher Freeman para seus sucessores diretos, ou para qualquer veículo constituído única e exclusivamente com a finalidade específica de receber tais ações, e desde que os direitos de voto dessas ações sejam assegurados de modo permanente a Christopher Freeman;



- (xv) ocorrência de alteração do poder de controle, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, direto ou indireto, da Emissora ou de qualquer dos Fiadores, sem o prévio consentimento dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (xvi) caso a relação "Geração de Caixa/Serviço da Dívida", denominada Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), apurado anualmente, com base em demonstrativos consolidados, por empresa auditada registrada na CVM, e expresso nos relatórios de auditoria da Emissora, seja inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos). Para os fins do presente item: **(a)** "Geração de Caixa" significa o somatório da disponibilidade de caixa/aplicações financeiras e do EBITDA (conforme definido abaixo), deduzidos o imposto de renda e as contribuições sociais; e **(b)** "Serviço da Dívida" significa o somatório da amortização de principal e impostos e do pagamento de juros;
- (xvii) caso a relação "Dívida Financeira Líquida/EBITDA", apurada anualmente, com base em demonstrativos consolidados, por empresa auditada registrada na CVM, e expressos nos relatórios de auditoria, seja superior a: **(a)** 4,0 (quatro) vezes no exercício social de 2013; **(b)** 3,5 (três inteiros e cinco décimos) de vezes no exercício social de 2014; e **(c)** 3,0 (três) vezes a partir do exercício social de 2015, inclusive. Para os fins do presente item: **(A)** "Dívida Financeira Líquida" significa o somatório das dívidas financeiras, inclusive debêntures e dívidas tributárias, deduzidas as disponibilidades; e **(B)** "EBITDA" significa o somatório do lucro operacional, antes das receitas e despesas financeiras, das depreciações/amortizações, bem como das receitas/despesas não recorrentes;



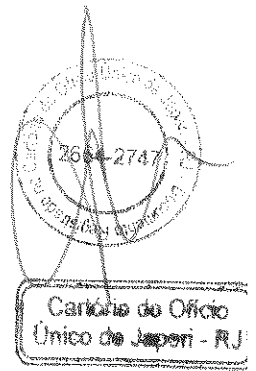
- (xviii) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora ou por qualquer dos Fiadores no âmbito da Emissão;
- (xix) alteração ou modificação do objeto social da Emissora, Casa Granado ou Jesmond que modifique as atividades por eles praticadas na presente data, sem o prévio consentimento dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (xx) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora ou por qualquer dos Fiadores, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou demais documentos da Emissão;
- (xxi) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças da Emissora ou de qualquer dos Fiadores que sejam necessárias para o seu respectivo regular funcionamento;
- (xxii) declaração de nulidade, inexecutibilidade ou invalidade da Fiança prestada pelos Fiadores ou desta Escritura de Emissão;
- (xxiii) decisão judicial ou administrativa em qualquer instância de invalidade, nulidade ou inexecutibilidade dos Contratos de Garantia, de qualquer dos demais documentos relacionados à Emissão ou de qualquer de suas respectivas disposições, exceto se: **(a)** dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis contado da ocorrência de tal evento, a Emissora submeta à aprovação da Assembleia Geral de Debenturistas uma garantia substituta; **(b)** referida garantia substituta seja aprovada pelos Debenturistas; e **(c)** garantia substituta seja validamente constituída e formalizada, inclusive com registros nos cartórios pertinentes, nos termos da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas que a aprovou;
- (xxiv) destinação dos recursos decorrentes da Emissão para finalidade diversa daquela prevista no item 4.2;
- (xxv) autuações por órgãos governamentais, de natureza fiscal, social, ambiental ou de defesa da concorrência, que resultem em obrigação de pagamento para a Emissora ou qualquer dos



Fiadores em valor, individual ou agregado, superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), atualizados anualmente desde a Data de Emissão pela variação do IGP-M, exceto se tais autuações: **(a)** forem ou estiverem sendo contestadas administrativa ou judicialmente no prazo legal por meios apropriados; e **(b)** estiverem apropriadamente provisionadas nas demonstrações financeiras da Emissora ou das Fiadoras, conforme o caso, de acordo com a correspondente expectativa de perda;

- (xxvi) transformação da Emissora em sociedade limitada; e
- (xxvii) não constituição das Hipotecas ou não celebração e registro do Contrato de Cessão Fiduciária Emissora ou do Contrato de Cessão Fiduciária Jesmond, nos termos e nos prazos previstos nos itens 5.8.1.1, 5.8.1.2 e 5.8.1.3 acima.
- 6.1.2. As Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente da convocação de Assembleia Geral de Debenturistas ou de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, se ocorrer quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nos incisos (i), (iv), (v), (vii), (viii), (ix), (xii), (xiv), (xv), (xx), (xxii), (xxiv), (xxvi) e (xxvii) do item 6.1.1 acima.
- 6.1.3. Os Debenturistas poderão, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas conforme disposto abaixo, deliberar sobre a eventual declaração ou não do Vencimento Antecipado das Debêntures, na ocorrência dos Eventos de Inadimplemento indicados nas demais alíneas do item 6.1.1 acima e observados os respectivos prazos de cura.
- 6.1.4. Na ocorrência de quaisquer outros Eventos de Inadimplemento não mencionados no item 6.1.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, assim que ciente da ocorrência do Evento de Inadimplemento, Assembleia Geral de Debenturistas visando deliberar sobre a declaração ou não declaração do vencimento antecipado das Debêntures. Na Assembleia Geral de Debenturistas instalada em primeira convocação ou segunda convocação, os Debenturistas correspondentes a, no mínimo, o Quorum Qualificado poderão optar por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. Não havendo aprovação para a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, as Debêntures tornar-se-ão consequentemente vencidas.

6RTD-RJ 18.10.2013
PROTOD.1300164

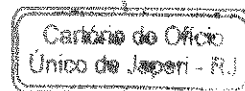
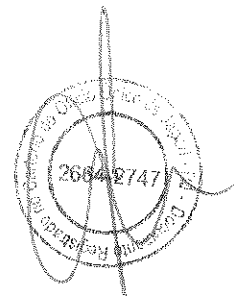


- 6.1.5. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente notificação com aviso de recebimento à Emissora ("Notificação de Vencimento Antecipado"), com cópia para o Banco Liquidante de Emissão e Escriturador Mandatário, informando tal evento, para que a Emissora, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis a contar da data de recebimento da Notificação de Vencimento Antecipado, efetue o pagamento do valor correspondente ao saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos desde a Data de Integralização ou da última data de pagamento dos Juros Remuneratórios até a Data do Evento de Inadimplemento, acrescido de multa e demais encargos moratórios, conforme o caso, nos termos desta Escritura de Emissão ("Saldo na Data do Evento de Inadimplemento").

7. Obrigações Adicionais

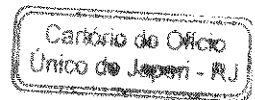
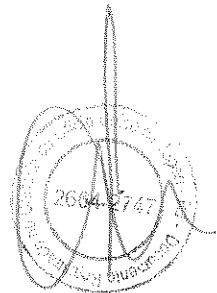
7.1. Obrigações Adicionais da Emissora

- 7.1.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, até o integral pagamento das Debêntures, a Emissora obriga-se a cumprir as disposições abaixo:
- (i) contratar e manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, ao Agente Fiduciário, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante de Emissão e a agência de classificação de risco (*rating*), bem como realizar todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;
 - (ii) apresentar ao público, nos prazos exigidos pelas leis e regulamentos vigentes à época, as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM;
 - (iii) comunicar, em até 2 (dois) Dias Úteis, os Debenturistas, o Agente Fiduciário e às autoridades cabíveis a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que, nos termos das leis e regulamentos vigentes, possam afetar negativamente sua



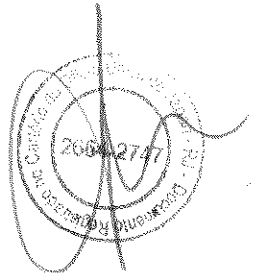
habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os Debenturistas;

- (iv) não divulgar ao público informações referentes à Emissão, à Emissão ou às Debêntures em desacordo com a regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores ("Instrução CVM 400");
- (v) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita, salvo nas hipóteses previstas no artigo 48 da Instrução CVM 400;
- (vi) abster-se, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM, de: **(a)** revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida; e **(b)** utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão;
- (vii) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- (viii) efetuar, tempestivamente, o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures, os quais sejam atribuídos à Emissora na forma da legislação em vigor à época de tais pagamentos;
- (ix) proceder à adequada publicidade dos dados econômico financeiros, resultantes de atos de sua gestão, promovendo a publicação das demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações e, pelo menos 1 (uma) vez ao ano, em jornais de grande circulação, dos seguintes documentos, que devem ser complementados com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para o esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício da Emissora: **(a)**



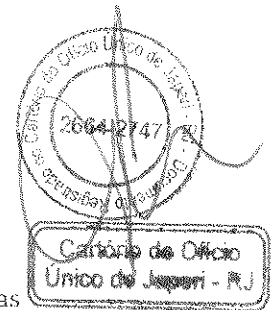
balanço patrimonial; **(b)** demonstração das mutações do patrimônio líquido; **(c)** demonstração do resultado do exercício; **(d)** demonstração de fluxo de caixa; **(e)** parecer da auditoria externa; e **(f)** demais documentos que venham a ser exigidos pela legislação pertinente à matéria;

- (x) fornecer ao Agente Fiduciário: **(a)** qualquer informação relacionada com a Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis; e **(b)** informações a respeito da ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nas alíneas do item 6.1.1 desta Escritura de Emissão, na mesma data em que tomar ciência de sua ocorrência;
- (xi) além das obrigações gerais acima descritas, são obrigações específicas da Emissora, nos termos da Instrução CVM 476:
 - (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, e alterações posteriores ("Instrução CVM 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;

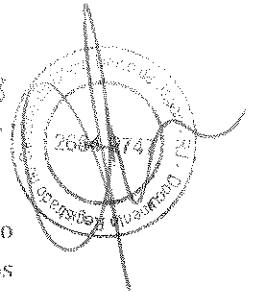


- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente aos Coordenadores e ao Agente Fiduciário; e
- (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM.
- (xii) apresentar ao Agente Fiduciário, conforme solicitado, em até 15 (quinze) dias contados da data da solicitação escrita neste sentido, relatórios, dados, informações, balancetes financeiros ou prestações de contas, instruídos com a documentação comprobatória, relacionados a esta Escritura de Emissão;
- (xiii) apresentar ao Agente Fiduciário, dentro de 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social: **(a)** cópia das demonstrações financeiras completas e devidamente auditadas por empresa de auditoria cadastrada na CVM, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes; **(b)** relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do ICSD e da relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA devidamente auditado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e **(c)** declaração assinada por representante legal da Emissora atestando o integral cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão;
- (xiv) apresentar em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário, sempre que solicitado, cópias de todas as atas das assembleias gerais de acionistas, das reuniões do conselho de administração (se houver), da diretoria e do conselho fiscal (se houver) da Emissora e dos Fiadores, conforme o caso, que envolvam os interesses dos Debenturistas;

6RTD-RJ 18.10.2013
PROTOD. 1300164



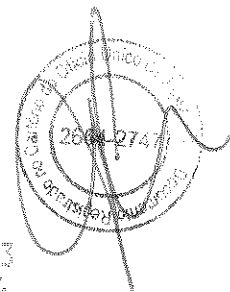
- (xv) fornecer ao Agente Fiduciário, em 5 (cinco) Dias Úteis, todas as informações corretas, completas e necessárias para atender aos requisitos da Emissão;
- (xvi) manter válidos e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações, concessões e aprovações necessárias ao desenvolvimento das atividades da Emissora;
- (xvii) cumprir todas as exigências técnicas estabelecidas nas referidas licenças que sejam necessárias para o seu regular funcionamento, assim como manter em vigor todos os contratos e demais acordos relevantes e que representem condição fundamental para a consecução do seu objeto social e para o seu funcionamento regular;
- (xviii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xix) cumprir as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto no caso de leis, regras, regulamentos ou ordens que sejam contestados de boa fé e em relação aos quais tenham sido constituídas adequadas provisões, conforme o caso;
- (xx) não praticar ato em desacordo com seu estatuto social, esta Escritura de Emissão ou outro instrumento relacionado à Emissão;
- (xxi) convocar, nos termos desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (xxii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas, sempre que solicitado e convocada, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xxiii) manter, conservar e preservar, em boa ordem e condições de funcionamento, todos os bens substanciais, necessários ou úteis para a devida condução dos negócios da Emissora;



- (xxiv) comunicar em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe modificação da utilização dos recursos, conforme previsto no item 4.2 desta Escritura de Emissão;
- (xxv) manter em situação regular suas obrigações junto a autoridades governamentais competentes, durante o prazo de vigência desta Escritura de Emissão, exceto no caso de obrigações que sejam contestadas de boa fé e em relação às quais tenham sido constituídas adequadas provisões;
- (xxvi) arcar de forma exclusiva com todos os custos relativos à Emissão;
- (i) enviar ao Agente Fiduciário, no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis contado da data de lavratura da Escritura Pública de Hipoteca, o primeiro traslado do Registro de Imóveis Ofício Único de Japeri, Estado do Rio de Janeiro, além de certidões de inteiro teor das matrículas dos Imóveis, nas quais se certifique a constituição das Hipotecas, em terceiro grau em favor dos Debenturistas, e comprovante de prenotação da Escritura Pública de Hipoteca para registro perante o Registro de Imóveis Ofício Único de Japeri, Estado do Rio de Janeiro; e
- (ii) apresentar ao Agente Fiduciário, em até 90 (noventa) dias contados da data da solicitação, laudo atualizado de avaliação dos Imóveis, que terá validade de até 12 (doze) meses.

7.1.2. As informações divulgadas na rede mundial de computadores nos termos das alíneas (c) e (d) do inciso (xi) do item 7.1.1 deverão ser imediatamente enviadas às entidades administradoras dos mercados em que as Debêntures forem admitidas à negociação.

7.1.3. De acordo com a Instrução CVM 476, os controladores e administradores da Emissora são responsáveis pelo cumprimento das obrigações previstas no inciso (xi) do item 7.1.1.



6RTD-RJ 18.10.2013
PROTOD. 1300164

8. Declarações e Garantias

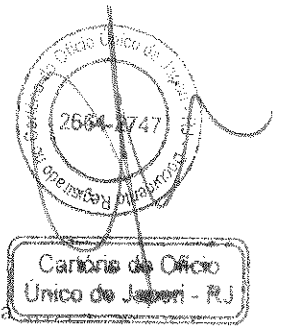
8.1. Declarações



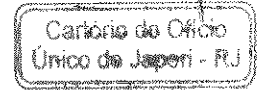
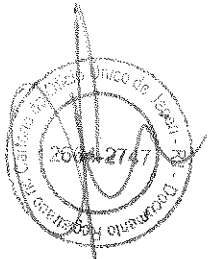
8.1.1. A Emissora e os Fiadores, naquilo que lhes couber e conforme aplicável, de forma individual e não solidária, neste ato, declaram e garantem que:

- (i) são sociedades devidamente organizadas na forma de sociedade anônima ou sociedade empresária limitada, conforme o caso, constituídas e existentes de acordo com as leis brasileiras;
- (ii) estão devidamente autorizados e obtiveram todas as licenças e autorizações necessárias, se for o caso, à celebração desta Escritura de Emissão, bem como à Emissão e ao cumprimento de suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) esta Escritura de Emissão e cada um dos documentos da Emissão constituem obrigação legal, válida, vinculante e exigível da Emissora e dos Fiadores, conforme o caso, exequível de acordo com seus respectivos termos e condições;
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão e a Emissão foram devidamente autorizadas pelos seus respectivos órgãos estatutários competentes e não infringem: **(a)** seu estatuto ou contrato social, conforme o caso; ou **(b)** qualquer lei ou qualquer restrição contratual que a vincule ou afete;
- (v) a celebração desta Escritura de Emissão, a prestação da Fiança e a Emissão não infringem qualquer: **(a)** disposição legal, ordem, sentença ou decisão administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou os Fiadores ou qualquer de seus bens ou propriedades; **(b)** contrato ou instrumento do qual a Emissora ou os Fiadores sejam partes; ou **(c)** obrigação anteriormente assumida pela Emissora ou pelos Fiadores, nem irão resultar em vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos ou rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;

6RTD-RJ 18.10.2013
PROTOD. 1300164

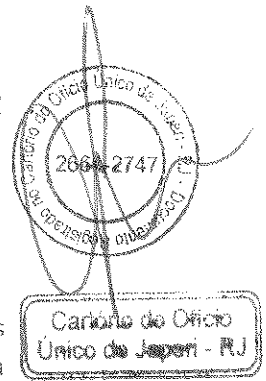


- (vi) não omitiram ou omitirão nenhum fato substancial que possa resultar em alteração substancial de sua respectiva situação econômico financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- (vii) seus balanços patrimoniais e as correspondentes demonstrações de resultado, cujas cópias foram fornecidas ao Agente Fiduciário, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora e dos Fiadores, nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissoras e dos Fiadores, referentes aos períodos encerrados em tais datas, conforme o caso;
- (viii) as informações financeiras da Emissora e dos Fiadores foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e, desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhuma alteração na situação financeira e nos resultados operacionais;
- (ix) encontram-se adimplentes no cumprimento de todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais; e
- (x) a Emissora e os Fiadores não têm qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (xi) estão adimplente com o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão;
- (xii) a Emissora observará as regras de destinação dos recursos da Emissão prevista no item 4.2 desta Escritura de Emissão.



8.1.2. Christopher Freeman, neste ato, declara e garante que:

- (i) está devidamente capacitado para a celebração desta Escritura de Emissão, bem como à Emissão e ao cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais necessários para tanto;
- (ii) esta Escritura de Emissão e cada um dos documentos da Emissão constituem obrigação legal, válida, vinculante e exigível de Christopher Freeman, exequível de acordo com seus respectivos termos e condições;
- (iii) a celebração desta Escritura de Emissão e a Emissão não infringem qualquer lei ou qualquer restrição contratual que o vincule ou afete;
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão, a prestação da Fiança e a Emissão não infringem qualquer: **(a)** disposição legal, ordem, sentença ou decisão administrativa, judicial ou arbitral que afete Christopher Freeman ou qualquer de seus bens ou propriedades; **(b)** contrato ou instrumento do qual Christopher Freeman seja parte; ou **(c)** obrigação anteriormente assumida por Christopher Freeman, nem irão resultar em vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos ou rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- (v) não omitiu ou omitirá nenhum fato substancial que possa resultar em alteração substancial de suas respectivas situações econômico financeiras ou jurídicas em prejuízo dos Debenturistas;
- (vi) encontra-se adimplente no cumprimento de todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais;
- (vii) Christopher Freeman não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis,



inclusive regulamentares; e

- (viii) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão.

- 8.1.3. A Emissora e os Fiadores comprometem-se a notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura de Emissão tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

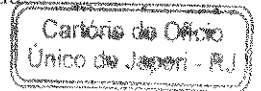
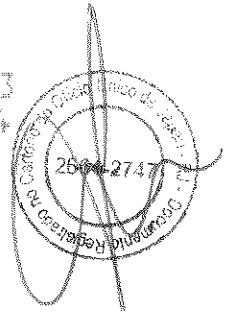
9. Do Agente Fiduciário

9.1. Do Agente Fiduciário

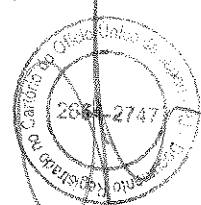
- 9.1.1. A Emissora neste ato constitui e nomeia a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como Agente Fiduciário da Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora e os Fiadores.

9.2. Substituição

- 9.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias do evento que a determinar, dentro do qual deverá ser realizada Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição.
- 9.2.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, inclusive no caso da alínea (ii) do item 9.3.1 abaixo, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.



- 9.2.3. É facultado aos Debenturistas, a qualquer tempo, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em condições de mercado, escolhido pela Emissora a partir de lista tríplice apresentada pelos Debenturistas.
- 9.2.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCERJA, nos termos do item 3.3.1 desta Escritura de Emissão e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas localidades descritas no item 3.7.1 desta Escritura de Emissão.
- 9.2.5. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo a sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e da legislação em vigor.
- 9.2.6. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar, se for o caso, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a última data de pagamento até a data da efetiva substituição, à Emissora. O valor a ser pago ao agente fiduciário substituto, na hipótese aqui descrita, será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IGP-M/FGV.
- 9.2.7. O Agente Fiduciário, se substituído nos termos deste item 9.2, sem qualquer custo adicional para a Emissora ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis antes de sua efetiva substituição, cópia digitalizada de todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura de Emissão.

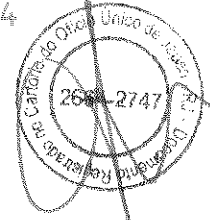


9.2.8. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos nas normas e preceitos aplicáveis da CVM.

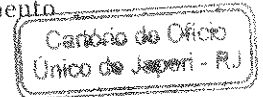
9.3. Deveres

9.3.1. Além de outros previstos em lei ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- (iv) promover, nos competentes órgãos, às expensas da Emissora, caso essa não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (v) informar os Debenturistas sobre a ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nas alíneas do item 6.1.1 desta Escritura de Emissão;
- (vi) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (vii) acompanhar o cálculo e a apuração dos Juros Remuneratórios e da Amortização Programada, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (viii) verificar, conforme o caso, a regularidade da constituição das Garantias, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;

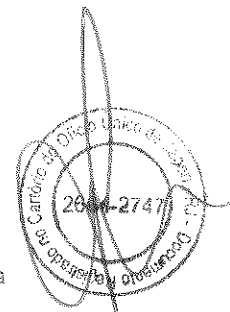


- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções ou se assim solicitado pelos Debenturistas, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora e dos Fiadores;

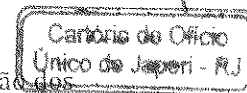


- (x) elaborar o relatório anual, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas e os integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social:
- (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (d) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (e) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão; e

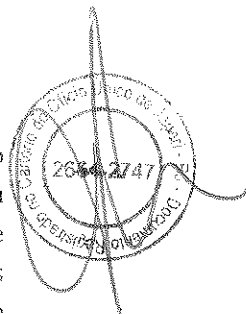
6RTD-RJ 18.10.2013
PROTOC. 1300164



(f) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;



- (xi) colocar o relatório de que trata a alínea (x) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos na sede da Emissora e no seu escritório;
- (xii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas e itens constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daqueles que impõem obrigações de fazer e de não fazer à Emissora;
- (xiii) comunicar a Emissora acerca da declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures;
- (xiv) consultar os Debenturistas previamente à tomada de qualquer decisão relacionada às Garantias;
- (xv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos, de que tenha conhecimento;
- (xvi) solicitar, quando considerar necessário ou conforme solicitação dos Debenturistas, auditoria extraordinária na Emissora;
- (xvii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xviii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante de Emissão e à CETIP, e os Debenturistas mediante subscrição e integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante de Emissão e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e dos Debenturistas;

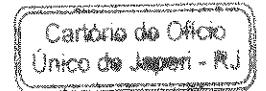
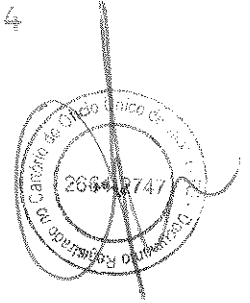


- (xix) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, inclusive as hipóteses previstas nas alíneas do item 6.1.1 desta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos;
- (xx) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões, falsidades, incorreções ou inexatidões constantes de tais informações;
- (xxi) encaminhar aos Debenturistas, em até 3 (três) Dias Úteis de seu recebimento, qualquer informação relacionada com a Emissão que lhe venha a ser por ele solicitada; e
- (xxii) disponibilizar o Valor Nominal Unitário, calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento ou de sua página na rede mundial de computadores.

9.4. Atribuições Específicas

9.4.1. Observadas as disposições desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, podendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- (i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, conforme disposto no item 6.1.1 desta Escritura de Emissão;
- (ii) requerer a falência da Emissora, mediante autorização dos Debenturistas;
- (iii) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;

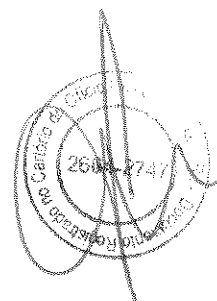


- (iv) cobrar o pagamento e o fiel cumprimento das Garantias, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão, da Escritura Pública de Hipoteca, do Contrato de Cessão Fiduciária Emissora e do Contrato de Cessão Fiduciária Jesmond, aplicando o respectivo produto na amortização ou liquidação integral das Debêntures e das obrigações da Emissora assumidas nesta Escritura de Emissão;
- (v) tomar todas as providências necessárias para exercício de seus direitos e obrigações a ele atribuídos no âmbito desta Escritura de Emissão; e
- (vi) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora.

9.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i), (ii) e (iii) do item 9.4.1 acima, mediante renúncia específica dos Debenturistas, por decisão tomada na Assembleia Geral de Debenturistas.

9.4.3. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, a qual permanecerá sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

9.4.4. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A

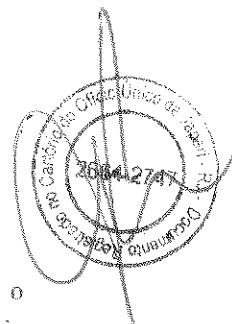


atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e alterações posteriores, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

9.5. **Remuneração do Agente Fiduciário**

- 9.5.1. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a parcela anual de R\$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data da assinatura da Escritura de Emissão e as demais parcelas na mesma data dos anos subsequentes, até a liquidação integral das Debêntures.
- 9.5.2. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.
- 9.5.3. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos do item 9.5.1 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M/FGV, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela de que trata o item 9.5.1, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.
- 9.5.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.
- 9.5.5. As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: **(i)** ISS (imposto sobre serviço de qualquer natureza); **(ii)** PIS (contribuição ao programa de integração social); **(iii)** COFINS (contribuição para o financiamento da seguridade social); **(iv)** CSSL (contribuição social sobre o lucro) e **(v)** quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (imposto de renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6RTD-RJ 18.10.2013
PROTOK. 1300164

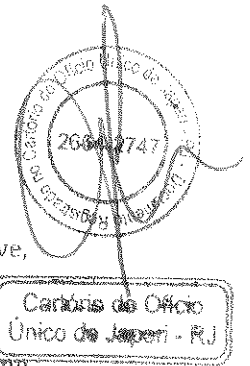


- 9.5.6. A remuneração prevista nos itens anteriores será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.6. Despesas



- 9.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora.
- 9.6.2. O ressarcimento pela Emissora a que se refere o item 9.6.1 acima será efetuado em 5 (cinco) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.
- 9.6.3. Não obstante o disposto no item 9.6.1 acima, os Debenturistas poderão, desde que, sempre que possível, previamente aprovadas, adiantar, ao Agente Fiduciário, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, tais despesas deverão ser ressarcidas pela Emissora.
- 9.6.3.1. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.
- 9.6.3.2. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.



9.6.4. As despesas a que se refere este item 9.6 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) extração de certidões;
- (iii) despesas com conferências telefônicas e contatos telefônicos;
- (iv) locomoções entre estados da federação e respectivas hospedagens, alimentação e transportes, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas; e
- (v) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

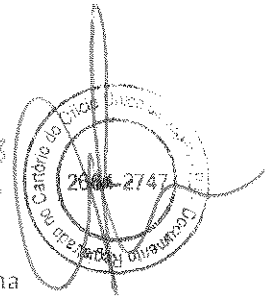
9.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

10. Assembleia Geral de Debenturistas

10.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

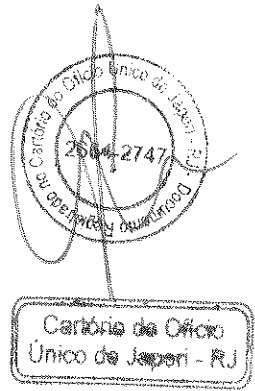
10.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pela Emissora, pelo Agente Fiduciário ou por Debenturistas que representem, no mínimo, a titularidade de 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, em jornais de grande circulação e diários oficiais e nos prazos previstos na Lei das Sociedades por Ações. Independentemente das formalidades previstas neste item, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas em que estejam presentes 100% (cem por cento) dos Debenturistas.

6RTD-RJ 18.10.2013
PROT. 1300164



- 10.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para assembleias gerais.
- 10.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a titularidade de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) e, em segunda convocação, com qualquer número.
- 10.5. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora, diretas ou indiretas, controladoras, ou grupo de controle, sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.
- 10.6. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá 1 (um) voto.
- 10.7. Ressalvado o disposto no item 10.8 abaixo, toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, o Quorum Qualificado, exceto se houver outro quorum específico estabelecido para a matéria.
- 10.8. Mediante proposta da Emissora, a Assembleia Geral de Debenturistas poderá, por deliberação favorável de Debenturistas titulares de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação aprovar qualquer modificação nos termos e condições das Debêntures estabelecidos nas seguintes cláusulas desta Escritura de Emissão: Cláusula 4 (Características da Emissão), Cláusula 5 (Características das Debêntures), Cláusula 6 (Vencimento Antecipado), e Cláusula 10 (Assembleia Geral de Debenturistas).
- 10.9. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao representante do Debenturista eleito pelos demais Debenturistas, mediante deliberação majoritária.

6RTD-RJ 18.10.2013
PROTOD. 1300164



10.10. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

10.11. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

11. Escriturador Mandatário e Banco Liquidante de Emissão

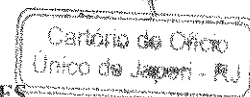
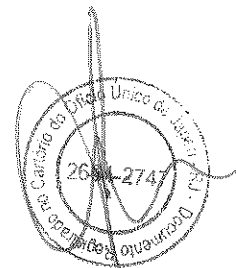
11.1. O **Itaú Corretora de Valores S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.194.353/0001-64, será o escriturador mandatário desta Emissão, responsável também pela custódia da Escritura de Emissão e dos demais documentos associados à Emissão ("Escriturador Mandatário").

11.2. O **Itaú Unibanco S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, será o banco liquidante de emissão da Emissão ("Banco Liquidante de Emissão").

12. Publicidade e Comunicações

12.1. Todas as notificações, solicitações e outras comunicações previstas nesta Escritura de Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente feitas por escrito e serão entregues em mãos, enviadas por meio certificado ou registrado, com aviso de recebimento, ou entregue por portador, e-mail ou fac-símile, para os seguintes endereços:

6RTD-RJ 18.10.2013
PROTOD.1300164



12.1.1. Se para o Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca
Rio de Janeiro, RJ, 22640-102

At: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e
Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro)

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

e-mail: middle@pentagonotrustee.com.br

/ backoffice@pentagonotrustee.com.br

12.1.2. Se para a Emissora:

PONTELAND DISTRIBUIÇÃO S.A.

Rua Professora Celita Rodrigues Andrade, nº 130 – Parte, Bairro Jardim
Marajoara, Engenheiro Pedreira
Japeri, RJ 26410-250

At: Izabel Fernandes

Telefone: (21) 3231-6707

Fac-símile: (21) 3231-6722

e-mail: cgfin@granado.com.br

12.1.3. Se para a CETIP:

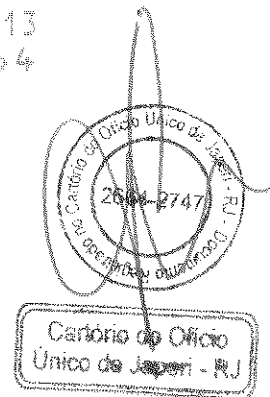
CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar
São Paulo, SP, 01452-001

At: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564



12.1.4. Se para o Banco Liquidante de Emissão:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal
São Paulo, SP 04344-902

At.: Luiz Petito

Telefone: (11) 2797-4441

Fac-símile: (11) 2797-3140

e-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

12.1.5. Se para o Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar
São Paulo, SP, 04538-132

At.: Luiz Petito

Telefone: (11) 2797-4441

Fac-símile: (11) 2797-3140

e-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

12.1.6. Se para Christopher Freeman:

Rua Jackson de Figueiredo, nº 181, Joá

Rio de Janeiro, RJ CEP 22611-000

Telefone: (21) 3231-6703

Fac-símile: (21) 3231-6722

e-mail: cfreeman@granado.com.br

12.1.7. Se para a Casa Granado:

CASA GRANADO LABORATÓRIOS, FARMÁCIAS E DROGARIAS S.A.

Tr. Quintino Bocaiuva, nº 687, Reduto

Belém, PA 66053-240

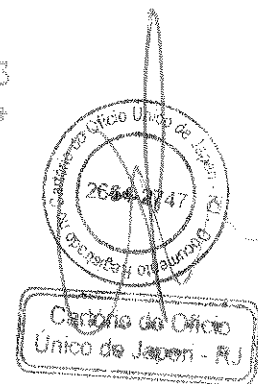
At.: Izabel Fernandes

Telefone: (21) 3231-6707

Fac-símile: (21) 3231-6722

e-mail: cgfin@granado.com.br

6RTD-RJ 18.10.2013
PROTOD.1300164



12.1.8. Se para a Jesmond:

JESMOND COMÉRCIO VAREJISTA LTDA.

Rua Primeiro de Marco, nº 14, Parte, 2º Pavimento, Centro
Rio de Janeiro, RJ 20010-000

At: Izabel Fernandes

Telefone: (21) 3231-6707

Fac-símile: (21) 3231-6722

e-mail: cgfin@granado.com.br

12.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

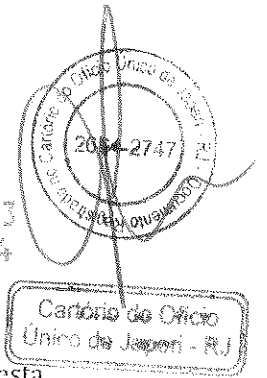
12.3. A mudança dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, por cada uma das partes, conforme aplicável.

13. Verificação de Veracidade

13.1. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos diretos, perdas, custos ou despesas, incluindo custas judiciais e honorários advocatícios, incorridos e comprovados pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência de quaisquer das suas declarações prestadas nesta Escritura de Emissão.

13.2. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

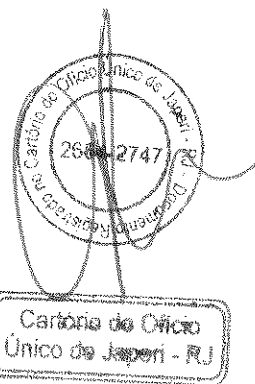
6RTD-RJ 18.10.2013
PROT00.1300164



14. Disposições Gerais

- 14.1. Renúncia. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou prerrogativa que caiba aos Debenturistas ou ao Agente Fiduciário, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora ou dos Fiadores, prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou prerrogativas, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora ou qualquer dos Fiadores nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.
- 14.2. Custos de Registro. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão, bem como seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à Emissão nos registros competentes serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.
- 14.3. Irrevogabilidade. Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus herdeiros, conforme o caso, e sucessores a qualquer título.
- 14.4. Independência das Disposições da Escritura de Emissão. Caso qualquer das disposições ora estipuladas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
- 14.5. Interpretação dos Títulos das Cláusulas e dos Itens. Os títulos das cláusulas e itens desta Escritura de Emissão são ilustrativos e para referência e não terão nenhum efeito para a interpretação desta Escritura de Emissão.
- 14.6. Título Executivo Extrajudicial. Toda e qualquer quantia devida a qualquer das partes por força desta Escritura de Emissão poderá ser cobrada via processo de execução, visto que as Partes, desde já, reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial, nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil Brasileiro.

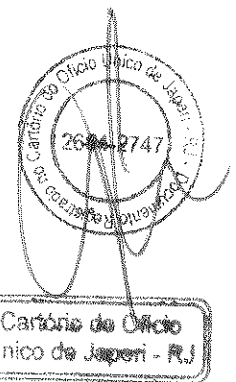
6RTD-RJ 18.10.2013
PROT. 1300164



- 14.7. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data de cumprimento da obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional. Considera-se "Dia Útil" qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos e feriados nacionais.
- 14.8. Cessão. A Emissora e os Fiadores não poderão alienar ou ceder esta Escritura de Emissão, no todo ou em parte, ou qualquer direito ou obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sem o consentimento prévio da totalidade dos Debenturistas. Os Debenturistas poderão alienar ou ceder as Debêntures, ou qualquer direito ou obrigação decorrente desta Escritura de Emissão e das Debêntures sem a necessidade de obtenção do consentimento prévio da Emissora ou dos Fiadores.
- 14.9. Lei Aplicável. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.
- 14.10. Eleição de Foro. Fica eleito o foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia de quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam, para dirimir qualquer questão decorrente desta Escritura de Emissão.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam esta Escritura de Emissão, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 2013



Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional da Ponteland Distribuição S.A.", celebrado entre Ponteland Distribuição S.A., na qualidade de Emissora, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de Agente Fiduciário e representante dos Debenturistas, Christopher John Ogle Freeman, Casa Granado Laboratórios, Farmácias e Drogarias S.A. e Jesmond Comércio Varejista Ltda., na qualidade de Fiadores - Página de assinaturas 1/5

PONTELAND DISTRIBUIÇÃO S.A.
na qualidade de Emissora

Nome: Christopher John Ogle Freeman
Cargo: Diretor Presidente

12. OFÍCIO DE NOTAS - FERNANDA DE FREITAS LEITAO - IABELLA
RECONHECO POR SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
CHRISTOPHER JOHN OGLE FREEMAN

SELO(S): SNJ86419
FETJ0,79FUNPERJ0,19FUNARPEN0,15PMCMVVO,07EMO3,37 TOTAL 5,36
RJ, 17 de Outubro de 2013 Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 3233-2600
Em Testemunho da verdade.
MAT:94-6316-RUBEM DA SILVA FILHO-ESCREVENTE



6º OFÍCIO

6º OFÍCIO
REGISTRO DE
TÍTULOS E
DOCUMENTOS

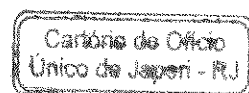
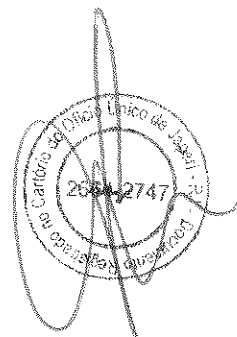
O presente documento está protocolado, registrado e digitalizado sob o número e data declarados à margem.
O que certifico.

SÔNIA MARIA ANDRADE DOS SANTOS - OFICIALA - MATR. 90/126
PAULO CÉSAR ANDRADE DOS SANTOS - 1º SUBSTITUTO - CTPS Nº 26122/024 - RJ
MARCO ANDRÉ DE A. SABÓIA SANTOS - 2º SUBSTITUTO - CTPS Nº 25276/00015 - RN
CLEIA DE ARAUJO BARRETO - 3ª SUBSTITUTA - CTPS Nº 7324128/001-0 - RJ

Rua do Carmo, 57 - 3º andar - Centro - Rio de Janeiro 20011-020 Tel: (21) 2233-7878 www.6rt-d-rj.com.br



Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional da Ponteland Distribuição S.A.", celebrado entre Ponteland Distribuição S.A., na qualidade de Emissora, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de Agente Fiduciário e representante dos Debenturistas, Christopher John Ogle Freeman, Casa Granado Laboratórios, Farmácias e Drogarias S.A. e Jesmond Comércio Varejista Ltda., na qualidade de Fiadores – Página de assinaturas 2/5



CASA GRANADO LABORATÓRIOS, FARMÁCIAS E DROGARIAS S.A.
na qualidade de Fiadora

Nome: Christopher John Ogle Freeman

Cargo: Diretor Presidente

RECONHECIMENTO POR SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

CHRISTOPHER JOHN OGLE FREEMAN

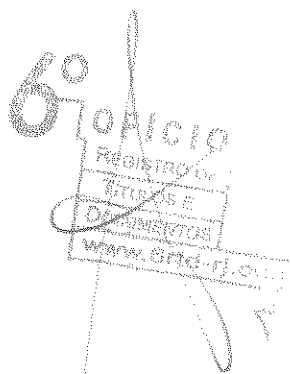
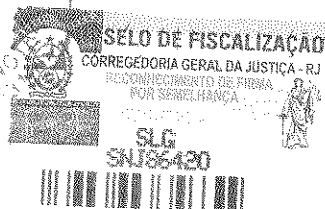
SELO(S): SNJ86420

FEIJÓ, 79 FUNDEPT 0,19 FUNDEPT 0,19 FUNARPE 15 PMCMV 07 EMO 2,97 1014 5,36

RJ, 17 de Outubro de 2013 Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 3733-2600

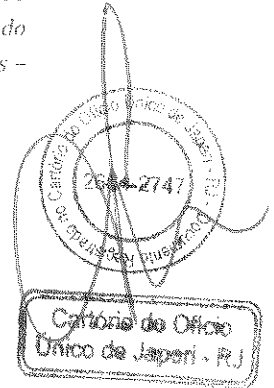
Em Testemunho da verdade.

MAT:94-6316-RUBEM DA SILVA FILHO-ESCREVENTE



Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional da Ponteland Distribuição S.A.", celebrado entre Ponteland Distribuição S.A., na qualidade de Emissora, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de Agente Fiduciário e representante dos Debenturistas, Christopher John Ogle Freeman, Casa Granada Laboratórios, Farmácias e Drogarias S.A. e Jesmond Comércio Varejista Ltda., na qualidade de Fiadores -
Página de assinaturas 3/5

JESMOND COMÉRCIO VAREJISTA LTDA.
na qualidade de Fiadora



Christopher John Ogle Freeman

Nome: Christopher John Ogle Freeman
Cargo: Administrador

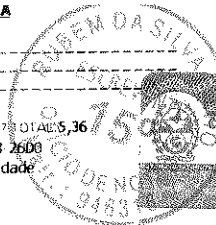
15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITAO-TABELIA
RECONHECO POR SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

CHRISTOPHER JOHN OGLE FREEMAN

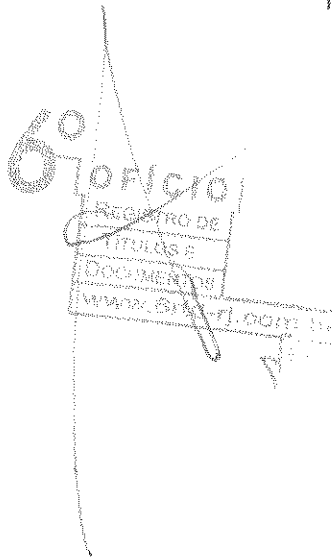
SELO(S): SNJ86421

FEITIO, 79HUNPERU 0,19HUNDPERU 0,19HUNARPERU 0,15, PMCMVU 07 EM03,978 DIAE 5,36
RJ, 17 de Outubro de 2013 Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 3233 2600
Em Testemunho da verdade

MAT:94-6316-RUBEM DA SILVA FILHO-ESCREVENTE

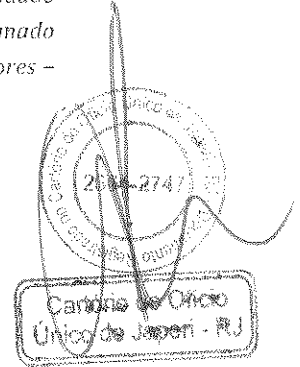


SELO DE FISCALIZAÇÃO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ
RECONHECIMENTO DE FIRMA
POR SEMELHANÇA
DUE
SNJ86421



Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional da Ponteland Distribuição S.A.", celebrado entre Ponteland Distribuição S.A., na qualidade de Emissora, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de Agente Fiduciário e representante dos Debenturistas, Christopher John Ogle Freeman, Casa Granado Laboratórios, Farmácias e Drogarias S.A. e Jesmond Comércio Varejista Ltda., na qualidade de Fiadores -
Página de assinaturas 4/5

CHRISTOPHER JOHN OGLE FREEMAN
na qualidade de Fiador



Christopher John Ogle Freeman

RG: W 690516-K
CPF/MF: 853.543.768-15

Nos termos do artigo 1.647 do Código Civil Brasileiro, sua esposa:

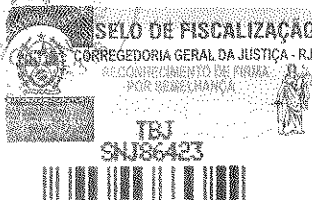
CLÍCIA RIBEIRO ZOROWICH LUTTI

Clícia Ribeiro Zorowich Lutti

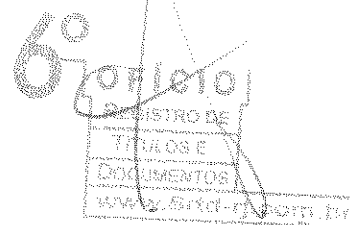
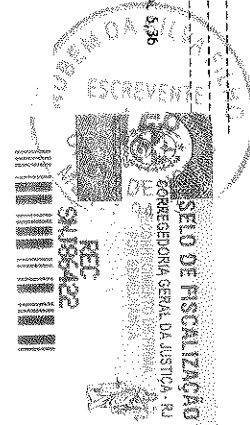
RG:
CPF/MF:

13. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELIA
RECONHECO POR SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
CHRISTOPHER JOHN OGLE FREEMAN

SELO(S): SNJ86423
FEI 10,79 FUNPERJ 0,19 FUNARPERJ 15 PMCMVJ 07 EMG3,97 TITULS 3,36
RJ, 17 de Outubro de 2013 - Rua do Ourão, 89, Centro (021) 3233 2600
Em Testemunho
MAT:94-6316-RUBEM DA SILVA FILHO-ESCREVENTE



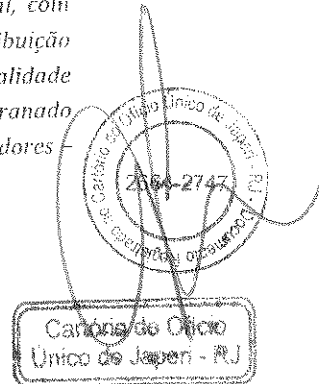
13. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELIA
RECONHECO POR SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
CHRISTOPHER JOHN OGLE FREEMAN
SELO(S): SNJ86423
FEI 10,79 FUNPERJ 0,19 FUNARPERJ 15 PMCMVJ 07 EMG3,97 TITULS 3,36
RJ, 17 de Outubro de 2013 - Rua do Ourão, 89, Centro (021) 3233 2600
Em Testemunho
MAT:94-6316-RUBEM DA SILVA FILHO-ESCREVENTE



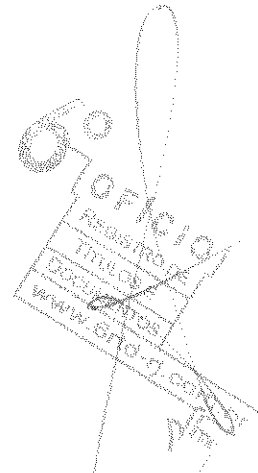
Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional da Ponteland Distribuição S.A.", celebrado entre Ponteland Distribuição S.A., na qualidade de Emissora, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de Agente Fiduciário e representante dos Debenturistas, Christopher John Ogle Freeman, Casa Granada Laboratórios, Farmácias e Drogarias S.A. e Jesmond Comércio Varejista Ltda., na qualidade de Fiadores

Página de assinaturas 5/5

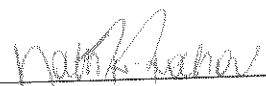
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
na qualidade de Agente Fiduciário e representante dos Debenturistas





Nome: _____
Cargo: _____
Nathalia Machado Loureiro
Diretora



Testemunhas:


Nome: _____
RG: _____
Nathalia R. Rocha
CPF: 000.950.987-58
RG: 21.335.277-6


Nome: _____
RG: _____
Izabel Cristina Nogueira Fernandes
CPF: 820.097.087-68
CORECON/RJ: 23059

2 Serviço Notarial RJ- Tabeliao ADILSON WAGNER FIRMINO

ESTRADA DOS BANDEIRANTES 209-TAQUARA- TEL 3342-8163 Nº:131017045749

Reconheço por semelhança a firma de: NATHALIA MACHADO LOUREIRO, a qual

l confere com o padrão arquivado em Cartório.

Valores

Firma.....R\$ 4.09

Proc.dados.....R\$ 1.45

Total.....R\$ 5.54

Rio de Janeiro, 17 de Outubro de 2013.

Em testemunho _____ da verdade.

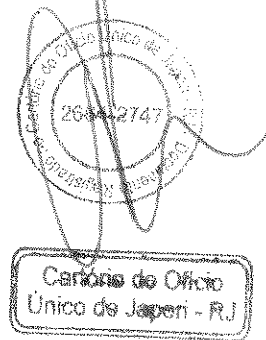
ESCREVENTE- ALBERTO MARQUES DOS SANTOS



ANEXO I

DATAS DE PAGAMENTO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS

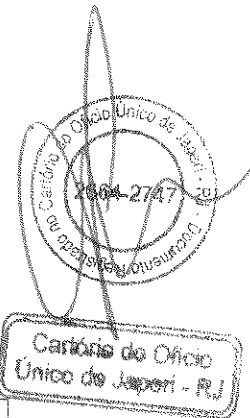
Nº da Parcela dos Juros Remuneratórios	Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios
1ª parcela	25/01/2014
2ª parcela	25/04/2014
3ª parcela	25/07/2014
4ª parcela	25/10/2014
5ª parcela	25/01/2015
6ª parcela	25/04/2015
7ª parcela	25/07/2015
8ª parcela	25/10/2015
9ª parcela	25/01/2016
10ª parcela	25/04/2016
11ª parcela	25/07/2016
12ª parcela	25/10/2016
13ª parcela	25/01/2017
14ª parcela	25/04/2017
15ª parcela	25/07/2017
16ª parcela	25/10/2017
17ª parcela	25/01/2018
18ª parcela	25/04/2018
19ª parcela	25/07/2018
20ª parcela	25/10/2018
21ª parcela	25/01/2019
22ª parcela	25/04/2019
23ª parcela	25/07/2019
24ª parcela	25/10/2019
25ª parcela	25/01/2020
26ª parcela	25/04/2020
27ª parcela	25/07/2020
28ª parcela	25/10/2020



1

2

6RTD-RJ 18.10.2013
PROTOK. 1300164



ANEXO II

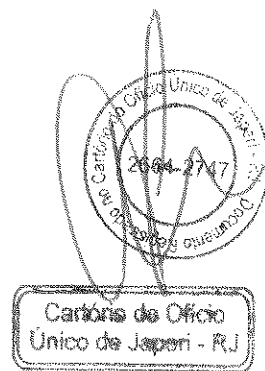
DATAS DE PAGAMENTO DAS PARCELAS DA AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA

Nº da Parcela da Amortização Programada	Percentual da Amortização Programada (%)	Data de Pagamento da Parcela da Amortização Programada
1ª parcela	5,00	25/01/2016
2ª parcela	5,00	25/04/2016
3ª parcela	5,00	25/07/2016
4ª parcela	5,00	25/10/2016
5ª parcela	5,00	25/01/2017
6ª parcela	5,00	25/04/2017
7ª parcela	5,00	25/07/2017
8ª parcela	5,00	25/10/2017
9ª parcela	5,00	25/01/2018
10ª parcela	5,00	25/04/2018
11ª parcela	5,00	25/07/2018
12ª parcela	5,00	25/10/2018
13ª parcela	5,00	25/01/2019
14ª parcela	5,00	25/04/2019
15ª parcela	5,00	25/07/2019
16ª parcela	5,00	25/10/2019
17ª parcela	5,00	25/01/2020
18ª parcela	5,00	25/04/2020
19ª parcela	5,00	25/07/2020
20ª parcela	5,00	25/10/2020

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

6RTD-RJ 18.10.2013
PROTQC.1 300164



ANEXO III

DESCRIÇÃO DAS MATRÍCULAS DOS IMÓVEIS

Matrícula nº 029, Livro nº 02 do Registro de Imóveis Ofício Único de Japeri, Estado do Rio de Janeiro

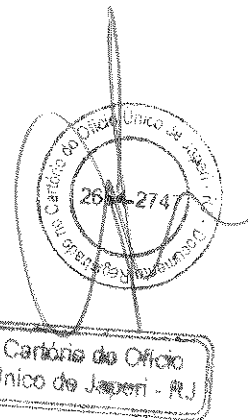
Terreno a Estrada dos Alhos, desmembrado das Fazendas Reunidas Normandia, a direita de quem vai da Estrada de Caramujos para o Rio dos Paços, principiando sua mediação a dois mil duzentos e cinquenta e sete metros e sessenta centímetros da Estrada de Caramujos, medindo cento e quarenta metros e sessenta centímetros de frente, noventa e quatro metros e sessenta centímetros de fundos, confrontando com terras de Raul Soares de Oliveira e outros, oitocentos e vinte metros e cinquenta centímetros pelo lado direito confrontando com a Companhia Fazendas Reunidas Normandia SA e setecentos e noventa e oito metro e oitenta centímetros do lado esquerdo, confrontando com terras de Luis Bueno dos Reis, perfazendo a aera de setenta e sete mil, seiscentos e setenta metros quadrado, situado em Engenheiro Pedreira, Município de Japeri, no perímetro urbano.

Matrícula nº 106, Livro nº 02 do Registro de Imóveis Ofício Único de Japeri, Estado do Rio de Janeiro

Área de terras com 3.000,00ms², com frente para Rua Marco Aurélio, medindo 50,00 ms de frente e de fundos, por 60,00ms de ambos os lados, confrontando pelos lados e nos fundos, com José Maria Rodrigues da Paz e outros ou sucessores, distante 110,00 metros da Estrada dos Alhos, á esquerda, situado no "Jardim Marajoara", no perímetro urbano, em Engenheiro Pedreira, Município de Japeri.

Matrícula nº 107, Livro nº 02 do Registro de Imóveis Ofício Único de Japeri, Estado do Rio de Janeiro

Área resultante da desafetação de diversos logradouros, com área de 18.482.16m², medindo de frente para a Rua Riachuelo, em dois lances de 117,72 metros e de 36,18 metros, na linha dos fundos mede 151,00 metros; pelo lado direito mede 133,28 metros; pelo lado esquerdo mede 104,60 metros, confrontando nos fundos e pelo lado direito com terras da Casa Granado Laboratórios, Farmácias e Drogarias Ltda., pelo lado esquerdo confronta com as ruas Bela Vista e Corumbá, desafetada pela Lei nº 0991/03, publicada no DOI em 01/09/03.



Matrícula nº 108, Livro nº 02 do Registro de Imóveis Ofício Único de Japeri, Estado do Rio de Janeiro

Área com 12,810,83m², medindo 330,64 metros de frente para a Rua Abrahão Lincoln, 330,64 metros na linha dos fundos, onde confronta com terras da Casa Granado, Laboratórios Farmácias e Drogarias Ltda., pelo lado direito mede 39,00 metros e pelo lado esquerdo mede 39,00 metros, confrontando pelo lado direito com o lote 89 e pelo esquerdo confrontando com os lotes 10 e 11, da rua Riachuelo, situada na "Cidade Jardim Marajoara", em Engenheiro Pedreira, Município de Japeri, RJ, no perímetro urbano.

Matrícula nº 109, Livro nº 02 do Registro de Imóveis Ofício Único de Japeri, Estado do Rio de Janeiro

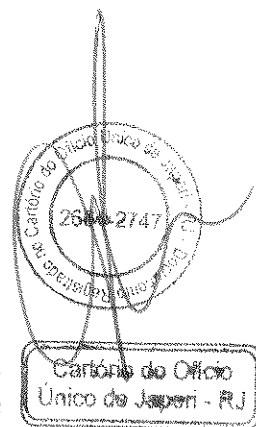
Área resultante da desafetação de diversos logradouros, com 44.530,75m², medindo 470,45 metros de frente para a Rua Marco Aurélio, 457,93 metros nos fundos, 100,00 metros pelo lado direito e 92,35 metros pelo lado esquerdo, confrontando pelo lado direito e nos fundos com terras da Casa Granado, Laboratórios, Farmácias e Drogarias Ltda., pelo lado esquerdo confrontando com terras de Alberto Cocozza, Indústria, Lavoura e Comércio S/A ou sucessores, situado na Cidade Jardim Marajoara, em Engenheiro Pedreira, Município de Japeri, RJ, no perímetro urbano.

Matrícula nº 110, Livro nº 02 do Registro de Imóveis Ofício Único de Japeri, Estado do Rio de Janeiro

Área remanescente, situada na Estrada dos Alhos, à direita de quem vai de Engenheiro Pedreira para o Rio dos Poços, principiando sua medição a 2.579,20m da Estrada de Caramujos, que mede 104,50ms de frente, 100,00ms nos fundos, 500,00ms pelo lado esquerdo e 620,00ms pelo lado direito em 5 (cinco) lances, sendo o 1º de 110,00ms, o 2º de 60,00ms, o 3º de 50,00, o 4º de 60,00ms e o 5º de 340,00ms, perfazendo a área de 49,343,00ms², confrontando pelo lado esquerdo com terras de Manoel Esteves ou sucessores, atual Fazendas Reunidas Normandia, pelos fundos com o loteamento Jardim Marajoara, e pelo lado direito com a atual Rua Marco Aurélio, com área remanescente de acordo com a Planta de desmembramento aprovado pela Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, em 23/07/81, processo nº 05/4406-81.

Matrícula nº 111, Livro nº 02 do Registro de Imóveis Ofício Único de Japeri, Estado do Rio de Janeiro

Terreno desmembrado das Fazendas Reunidas Normandia, de dimensões retificadas, à Estrada dos Alhos, à direita de quem vai da Estrada de Caramujos para linha de transmissão



da Light, principiando sua medição a dois mil trezentos e cinquenta e três metros e oitenta centímetros da Estrada dos Caramujos, medindo setenta e quatro metros e quarenta centímetros de frente, setenta e um metros e sessenta centímetros de fundos, confrontando com terras de Alberto Coccozza Indústria, Lavoura e Comércio S/A, novecentos e setenta e quatro metros e oitenta centímetros pelo lado esquerdo, em dois lances de respectivamente, oitocentos e dezenove metros e oitenta centímetros que confronta com terras de José Duarte e cento e cinquenta e cinco metros confrontando com Alberto Coccozza Indústria Lavoura e Comércio S/A, e novecentos e sessenta e cinco metros e setenta centímetros pelo lado direito, confrontando com terras da Companhia Fazendas Reunidas Normandia, perfazendo a área de setenta mil novecentos e sessenta metros quadrados, e o prédio nele edificado de número 2.373 antigo s/nº, da mesma Estrada, com 3 quartos, varanda, sala, cir. Cozinha, banheiro, área livre, área de serviço, situados em Engenheiro Pedreira, Município de Japeri, na zona suburbana, de.

Matrícula nº 112, Livro nº 02 do Registro de Imóveis Ofício Único de Japeri, Estado do Rio de Janeiro

Terreno desmembrado das Fazenda Reunidas Normandia, de dimensões retificadas, á Estrada dos Alhos, á direita de quem vai da Estrada de Caramujos para a linha de transmissão da Light, principiando sua medição a 2.428,20m da Estrada de Caramujos, medindo 151,00m de frente, 195,40m nos fundos, confrontando com Alberto Coccozza Ind. Lavoura e Comércio S.A, ou sucessores, 955,00 metros pelo lado direito em dois lances, de 500,00m confrontando com terras de Kumikich Kishimoto, e de 455,00m, confrontando com Alberto Coccozza Ind. Lavoura e Comércio ou sucessores e 965,70m pelo lado esquerdo, confrontando com terras de Cia Fazendas Reunidas Normandia ou sucessores, com área de 149.310,00m², tendo havido da diminuição de 890,00m² sobre a área primitiva, situado em Engenheiro Pedreira, Município de Japeri, no perímetro urbano.

[Handwritten signature]

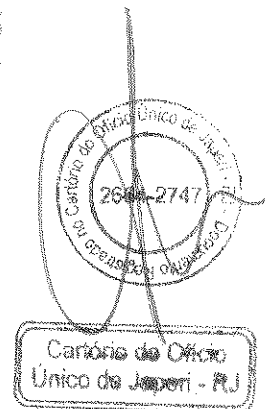
[Handwritten signature]

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DA EMISSORA ATESTANDO O CUMPRIMENTO DE PARCELA
DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS PREVISTA NA CLÁUSULA 4.2.3**

[DATA]

À Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, Sala 514, Barra da Tijuca
22640-102, Rio de Janeiro, RJ



At.: Srs. Nathalia Machado Loureiro / Marco Aurélio M. Ferreira

Fazemos referência ao "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional da Ponteland Distribuição S.A.", celebrado em 16 de outubro de 2013, entre Ponteland Distribuição S.A., na qualidade de emissora, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário e representante dos debenturistas, Christopher John Ogle Freeman, Casa Granado Laboratórios, Farmácias e Drogarias S.A. e Jesmond Comércio Varejista Ltda., na qualidade de Fiadores ("Escritura de Emissão"). Os termos grafados em letra maiúscula, a menos que definidos de outra maneira neste instrumento, terão os significados estabelecidos na Escritura de Emissão.

Os representantes legais da Emissora declaram, neste ato, de forma irrevogável e irretratável: (i) que estão devidamente autorizados a emitir a presente declaração; e (ii) o devido cumprimento de parte da destinação dos recursos nos termos da cláusula 4.2.3 da Escritura de Emissão.

As declarações prestadas pela Emissora e pelos Fiadores no âmbito da Escritura de Emissão permanecem integralmente válidas e verdadeiras na presente data. A Emissora e os Fiadores declaram, ainda, que não está em curso nenhum dos eventos de vencimento antecipado previstos na Escritura de Emissão.

Rio de Janeiro, [-] de [-] de 201[-]

PONTELAND DISTRIBUIÇÃO S.A.
na qualidade de Emissora

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

6RTD-RJ 18.10.2013
PROTDC. 1 3001 64

CASA GRANADO LABORATÓRIOS, FARMÁCIAS E DROGARIAS S.A.
na qualidade de Fiador



Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:



JESMOND COMÉRCIO VAREJISTA LTDA.
na qualidade de Fiador

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

CHRISTOPHER JOHN OGLE FREEMAN
na qualidade de Fiador

RG:
CPF/ME:

Nos termos do artigo 1.647 do Código Civil Brasileiro, sua esposa:

CLÍCIA RIBEIRO ZOROWICH LUTTI

RG:
CPF/ME: